

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ZELIANE VIEIRA

**CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DO ITACORUBI:
A SITUAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS E SUAS
VULNERABILIDADES.**

**FLORIANÓPOLIS
2010.1**

ZELIANE VIEIRA

**CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DO ITACORUBI:
A SITUAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS E SUAS
VULNERABILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliete Cibele Cipriano Vaz

**FLORIANÓPOLIS
2010.1**

ZELIANE VIEIRA

**CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DO ITACORUBI: A SITUAÇÃO
SOCIAL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS E SUAS VULNERABILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Florianópolis, Julho de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Eliete Cibele Cipriano Vaz
Departamento de Serviço Social da UFSC

1^a Examinadora

Prof^a. Dr^a. Liliane Moser
Departamento de Serviço Social da UFSC

2^a Examinadora

Naldir da Silva Alexandre
Assistente Social/Prefeitura Municipal de São João Batista

AGRADECIMENTOS

O objetivo pelo qual lutei nos últimos longos anos de minha vida, finalmente se vê realizado... E esse sonho não foi só meu... Assim como não lutei só... Como disse Paulo Freire: *“O sonho pelo qual eu luto exige que eu invente em mim a coragem de lutar, ao lado da coragem de amar [...]”*. É neste momento que preciso mencionar e agradecer as pessoas que eu amo que lutaram comigo e fizeram parte dessa conquista.

Agradeço primeiramente a DEUS, por seu amor incondicional, pelos momentos de fragilidade e angústia em que me tomou em seus braços reanimando minhas forças para que eu pudesse seguir a jornada.

À minha mãe Osmarina, por todo amor e dedicação, mesmo não tendo a oportunidade de seguir os seus estudos, sempre nos incentivou para que continuássemos. Muito obrigada!

Ao meu esposo Tadeu, por estar sempre ao meu lado, pelo incentivo, carinho, amor, paciência e dedicação, e pelas muitas vezes em que foi **pãe** (pai e mãe), cuidando de nosso filho desde os quatro meses de vida com tanto zelo enquanto eu ia para a faculdade. Obrigada pelo apoio. Te amo!

Ao meu filhão Lucas, que iniciou a faculdade comigo, na barriga, e passou por tantos momentos de ausência e, mesmo assim, foi paciente e entendeu quando eu disse que faltava pouco... Filho, o trabalho grande que você tanto perguntava quando iria acabar, chegou ao fim. Obrigada por colaborar, e desculpa pelos momentos de ausência, mesmo estando tão perto. Te amo muito!

Aos cunhados, Igor e Simone, pelas vezes em que receberam o Lucas em sua casa, aos finais de semana, para eu poder fazer este trabalho, dando-lhe todo amor e atenção indispensável naquele momento.

Aos colegas de curso, pela amizade, pela troca de experiências, vivências alegrias e também as decepções que nos fizeram crescer. De forma especial, à Aline, Dani Carla, Daiana, Jaque Damiani, Grazi, Jeane e Heloíza. Valeu galera!

À amiga Emanuella pela amizade, carinho, compreensão e por estar sempre disposta a ajudar os familiares e os amigos sem medir esforços. Continue assim, você é muito especial.

À professora, orientadora Eliete, pela disponibilidade, dedicação, paciência, e comprometimento nas orientações, sempre presente. Sinto-me honrada por ter uma pessoa tão especial para guiar-me nesse processo.

Naldir, passamos pouco tempo juntas nessa caminhada, apesar disso, saibas que fosse ótima como professora e especial enquanto pessoa, sempre disposta a nos ouvir e socorrer nos momentos de angústia. Obrigada por tudo.

À professora Liliane pela prontidão em aceitar o convite de fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

Agradeço aos profissionais do Centro de Educação Complementar do Itacorubi que estiveram comigo no período de realização do estágio, e que de alguma forma contribuíram para o meu aprendizado, em especial, minha supervisora Simone de Oliveira Ferreira.

Às crianças e adolescentes do CEC e suas famílias... O estágio realizado no CEC foi para mim, uma experiência enriquecedora, tanto para a vida pessoal quanto profissional. Aprendi muito com vocês.

E a todos que de uma forma ou de outra estiveram ou estão presentes em minha vida, a você o meu Muito Obrigada!!!

“Na família, aquilo que os une está num plano imensamente superior a tudo aquilo que os possa afastar. Muito acima das discórdias, das zangas, dos amos, dos diferentes pontos de vista. Podem as ondas enfurecidas de um mar de inverno salpicar as estrelas? Alguém ligou aquelas vidas com um nó, e a vida de um é a vida dos outros. E o sorriso de um é a alegria dos outros. E a dor de um é a dor dos outros”. (Paulo Geraldo)

VIEIRA, Zeliane. **Centro de Educação Complementar do Itacorubi**: A situação social das famílias atendidas e suas vulnerabilidades. 2010. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso busca contribuir para a ampliação do debate acerca das condições de vida das famílias atendidas pelo Centro de Educação Complementar do Itacorubi, e como objetivo geral: Compreender a situação social apresentada pelas famílias atendidas no CEC Itacorubi, a partir de suas principais vulnerabilidades. Os objetivos específicos consistem em identificar as famílias com maior número de atendimentos no período de março de 2009 a março de 2010, destacar as principais demandas apresentadas, traçar o perfil das famílias, elencar os principais fatores que desencadearam a procura pelo atendimento e o acompanhamento do Serviço Social e analisar as situações de vulnerabilidade. O interesse pela temática ocorreu em virtude da realização do estágio curricular no CEC Itacorubi, a partir da observação de possíveis situações de vulnerabilidades que algumas famílias atendidas por este projeto se encontravam. Para a elaboração deste trabalho adotou-se a pesquisa exploratória, delineada como pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. A pesquisa documental foi desenvolvida através da leitura das fichas de atendimentos das famílias das crianças e adolescentes inscritas no CEC Itacorubi, no período de março de 2009 a março de 2010, a fim de identificar as famílias que tiveram maior número de atendimentos neste período, leitura das fichas de inscrições destas, consulta a documentos internos da instituição (Projeto Político Pedagógico e Projeto Inicial dos CECS), além da utilização de fontes, como legislações. A pesquisa bibliográfica foi realizada através de consulta a produções teóricas e diversos endereços eletrônicos relacionados à temática em pauta, baseando-se principalmente nos autores: Azevedo & Guerra (1988, 1989, 1993, 1995, 2003), Miotto (1997, 2001, 2006), Pereira (1995, 2000, 2006), Veronese e Costa (2006) e Yazbek (1996). O trabalho está estruturado em três seções, sendo que a primeira apresenta a discussão acerca das condições de vida das famílias, apresentando dados relevantes da situação de vida no Brasil. Apresentam-se ainda nesta seção, a violência em suas múltiplas formas no convívio familiar e a conceituação do fenômeno, além de apresentar as transformações nas famílias, as novas concepções e lugar destas na Assistência Social Brasileira. Na segunda seção, abordam-se a caracterização do CEC do Itacorubi, tecendo historicamente o surgimento dos CECs no município de Florianópolis articulando com as principais legislações voltadas à criança e ao adolescente. Apresentam-se a dinâmica de atendimento dos CECs em Florianópolis, o CEC do Itacorubi com seus objetivos, explicando-se sua forma de organização, bem como a atuação do Serviço social no projeto. Já na terceira e última seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, além da apresentação dos dados levantados a partir da pesquisa documental e posteriormente, análise e interpretação dos resultados obtidos. A pesquisa permitiu aproximações para compreender a situação social das famílias atendidas no CEC e a identificação de suas principais vulnerabilidades, contribuindo para vislumbrar esse importante Centro como legítimo espaço de intervenção profissional, um espaço de prevenção de situações de risco, tanto em relação às crianças e adolescentes, como em relação às famílias.

Palavras-chave: Famílias. Condições de vida. Vulnerabilidades. Política Nacional de Assistência Social. Serviço Social.

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro 1 - Recursos Humanos CEC Itacorubi.....</u>	53
<u>Quadro 2 - Recursos Humanos idealizados para os CECs na proposta inicial de 1992.....</u>	54
<u>Quadro 3 - Identificação da criança e/ou adolescente – mudança de comportamento.....</u>	64
<u>Quadro 4 - Identificação da família– mudança de comportamento.....</u>	64
<u>Quadro 5 - Condições habitacionais – mudança de comportamento.....</u>	65
<u>Quadro 6 - Identificação da criança ou adolescente – faltas no projeto</u>	67
<u>Quadro 7 - Identificação da família – faltas no projeto</u>	68
<u>Quadro 8 - Condições habitacionais – faltas no projeto</u>	68
<u>Quadro 9 - Identificação da criança ou adolescente – faltas em reuniões de pais.....</u>	69
<u>Quadro 10 - Identificação da família – faltas em reuniões de pais.....</u>	70
<u>Quadro 11 - Condições habitacionais – faltas em reuniões de pais.....</u>	70

LISTA DE SIGLAS

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AFLOV	Associação Florianopolitana de Voluntários
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEBEM	Centro de Bem Estar do Menor
CEC	Centro de Educação Complementar
CF	Constituição Federativa do Brasil
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LA	Programa de Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PCS	Programa Comunidade Solidária

PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional de Bem Estar do Menor
NOB	Norma Operacional Básica
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	12
<u>1 CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS</u>	15
<u>1.1 DADOS RELEVANTES SOBRE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES</u>	15
<u>1.2 A VIOLÊNCIA, EM SUAS MÚLTIPLAS FORMAS, NO CONVÍVIO FAMILIAR</u>	20
<u>1.2.1 Conceituando o fenômeno</u>	20
<u>1.3 AS TRANSFORMAÇÕES NAS FAMÍLIAS E OS NOVOS ARRANJOS</u>	27
<u>1.4 CONCEPÇÕES DE FAMÍLIAS</u>	29
<u>1.5 O LUGAR DAS FAMÍLIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA</u>	32
<u>2 O CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR (CEC)</u>	43
<u>2.1 O SURGIMENTO DO CEC EM FLORIANÓPOLIS E A ARTICULAÇÃO COM AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES VOLTADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE</u>	43
<u>2.2 A DINÂMICA DE ATENDIMENTO DOS CECs EM FLORIANÓPOLIS</u>	48
<u>2.2.1 O Centro de Educação Complementar do Itacorubi</u>	49
<u>2.2.2 O Serviço Social no CEC do Itacorubi</u>	56
<u>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</u>	59
<u>3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA</u>	59
<u>3.1.2 Delimitação da pesquisa</u>	62
<u>3.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS</u>	63
<u>3.2.1 Análise e interpretação dos dados</u>	71
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	78
<u>REFERÊNCIAS</u>	82
<u>APÊNDICE A: DADOS REFERENTES A PESQUISA REALIZADA PELO CRAMI</u>	88
<u>APÊNDICE B: LOCALIZAÇÃO DOS CECs EM FLORIANÓPOLIS E FORMAÇÃO DO COORDENADOR</u>	90

<u>ANEXO A: ORGANOGRAMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DO ITACORUBI</u>	90
<u>ANEXO B: FICHA DE ATENDIMENTO</u>	91
<u>ANEXO C: FICHA DE INSCRIÇÃO</u>	92

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca realizar um estudo com o objetivo de compreender a situação social apresentada pelas famílias atendidas pelo Centro de Educação Complementar (CEC) Itacorubi, a partir de suas principais vulnerabilidades. Os objetivos específicos consistem em identificar as famílias com maior número de atendimentos no período de março de 2009 a março de 2010, destacar as principais demandas apresentadas, traçar o perfil das famílias, elencar os principais fatores que desencadearam a procura pelo atendimento e o acompanhamento do Serviço Social e analisar as situações de vulnerabilidades.

O interesse pela temática se deu em virtude da realização do Estágio Curricular Obrigatório no CEC, no período de setembro de 2009 a maio de 2010, a partir da observação de possíveis situações de vulnerabilidade a que algumas famílias atendidas por este Centro, especialmente pelo Serviço Social, se encontravam. As famílias geralmente apresentavam carência sócio-econômica, desemprego e subemprego, condições precárias de habitação, dentre outros. Essas questões foram observadas através dos atendimentos às famílias das crianças e adolescentes do CEC, à medida em que as mesmas apresentavam grande demanda de atendimento, além de possíveis situações de risco.

Em busca de respostas a essas questões, iniciou-se a leitura de autores de referência, nessa área temática, que destacam as importantes mudanças societárias e seus reflexos nas famílias.

As mudanças ocorridas na sociedade provocam transformações na forma como as famílias se organizam. Os novos modelos pedem políticas públicas voltadas às necessidades do núcleo familiar, agora composto por um grupo de indivíduos com responsabilidades comuns e que precisam ser atendidos integralmente. A Constituição Federal de 1988 coloca a família, juntamente com o Estado e a sociedade como responsáveis por assegurar com absoluta prioridade, às crianças e adolescentes, direitos referentes à saúde, à educação, à alimentação dentre outros.

Além disso, o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza a democratização dos deveres entre a família, a comunidade, a sociedade e o poder público, ao assegurar a criança e ao adolescente “direitos referentes à vida, à profissionalização, à cultura,

à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária”. Isso significa criar mecanismos dentro da sociedade que orientem e apoiem as famílias, especialmente as empobrecidas, para que possam auxiliar no desenvolvimento de seus membros. Neste contexto, está inserido o CEC, como serviço de Proteção Social Básica que objetiva prevenir situações de risco proporcionando o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, através da oferta de serviços locais.

Diante desta realidade, pode-se afirmar que o tema proposto tem grande importância, pois, a família é colocada como responsável por seus membros, no entanto, não lhe é dado por parte do Estado, suficiente suporte para que esta cumpra o seu papel de cuidado e proteção, uma vez que, muitas vezes, também se encontra em situação de vulnerabilidade e necessitando de amparo.

Desse modo, o presente trabalho almeja fornecer contribuições para a área de conhecimento em Serviço Social, tendo em vista que este atua na viabilização do acesso aos direitos, sendo que as famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelo CEC Itacorubi, tem muitos desses direitos violados (habitação, saúde, educação, dentre outros). A partir da identificação e análise de fatores que podem levar à situação de vulnerabilidade, é possível fornecer subsídios para implementar e potencializar ações profissionais nesta área, visando a efetiva prevenção e garantia de direitos.

Para orientar a construção, análise e interpretação, no desenvolvimento da temática escolhida, optou-se pela pesquisa exploratória, delineada como pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. Visando identificar o conhecimento disponível sobre a temática, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, através de consulta a produções teóricas e diversos endereços eletrônicos relacionados ao assunto em pauta, que deram suporte ao trabalho. A pesquisa documental foi elaborada a partir da leitura das fichas de atendimentos dos sujeitos da pesquisa, além das fichas de inscrições das crianças e adolescentes matriculadas no CEC, documentos internos da instituição (Projeto Político Pedagógico e Projeto Inicial dos CECs), além da utilização de fontes como legislações.

Os principais autores que deram aporte teórico à elaboração do trabalho foram: Azevedo & Guerra (1988, 1989, 1993, 1995, 2003), Miotto (1997, 2001, 2006), Pereira (1995, 2000, 2006), Veronese & Costa (2006) e Yazbek (1996). Estes tratam, dentre outros, sobre temas relacionados à família, violência no convívio familiar e à política social brasileira.

Sendo assim, dividiu-se este estudo em três seções. A primeira seção traz a discussão acerca das condições de vida das famílias, apresentando dados relevantes da situação de vida no Brasil. Apresentam-se ainda nesta seção, a violência em suas múltiplas formas no convívio familiar e a conceituação desse fenômeno, além de apresentar as transformações nas famílias, as novas concepções e o lugar destas na Assistência Social brasileira.

Na segunda seção, abordam-se a caracterização do CEC do Itacorubi, tecendo historicamente o surgimento dos CECs no município de Florianópolis articulando com as principais legislações voltadas à criança e ao adolescente. Apresentam-se a dinâmica de atendimento dos CECs em Florianópolis, o CEC do Itacorubi com seus objetivos, explicando-se sua forma de organização, bem como a atuação do Serviço Social no projeto.

Já na terceira e última seção, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento da pesquisa, além da apresentação dos dados levantados a partir da pesquisa documental e posteriormente, análise e interpretação dos resultados. Por fim, apresentam-se as considerações finais suscitadas pelo estudo.

1 CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E AS POLÍTICAS SOCIAIS

1.1 DADOS RELEVANTES SOBRE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES

Nos últimos anos, ocorreram várias mudanças no plano histórico, econômico, social cultural, pautadas no processo de globalização da economia capitalista, que vem interferindo na dinâmica e estrutura familiar e possibilitando transformações em seu padrão tradicional de organização. Desta forma, em vez de família, tem sido usual o termo famílias, para se tentar contemplar a diversidade de relações existentes na sociedade.

Primeiramente, serão apresentados alguns dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destacando resultados relevantes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e, posteriormente, se apresentará alguns dos principais conceitos de família elaborados por alguns autores.

O Brasil possui enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza, o que exclui parte significativa da sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais sobre a PNAD/2007¹, o valor médio da renda familiar (per capita²) ficou em torno de R\$596,00 e, para a metade das famílias, o valor ficou abaixo de R\$350,00. O rendimento das famílias (entre as 40% mais pobres) ficou em média R\$147,00 (menos de meio salário mínimo vigente em 2006). Por outro lado, entre as famílias consideradas dentro do percentual dos 10% mais ricos, o rendimento chegou a quase R\$ 2.678,00. Estes dados levam a constatar que a defasagem salarial é nitidamente maior para os pobres, o que amplia, ainda mais, a concentração de renda no Brasil.

Yazbek (1996, p. 91) considera que, "a quantidade de rendimentos define, muitas vezes, a maneira de atender as necessidades relacionadas à sobrevivência". Ou ainda

¹ Os dados referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foram obtidos através de consulta ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007, 2008).

² Renda per capita familiar se refere a renda dividida pelo número de pessoas na família. Ou seja, 5 pessoas na família, dois possuem renda, soma-se essa renda e divide pelos cinco membros, o resultado será a renda per capita.

a análise do rendimento familiar é particularmente relevante quando se quer avaliar o nível de bem estar das famílias, na medida em que o acesso a bens e serviços básicos no Brasil ainda depende quase que exclusivamente do nível de rendimento de seus membros” (IBGE, 2007, p. 88).

Em relação aos dados relacionados aos jovens, levantados pela PNAD em 2006, 48,9% das famílias contavam com pelo menos uma criança ou adolescente de até 14 anos de idade. Os dados revelaram ainda que 25,1% dos brasileiros viviam com rendimento familiar mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. No caso dos domicílios com crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, essa proporção sobe para 40,4%.

Um outro dado foi em relação ao trabalho infantil, a PNAD 2008 mostrou que havia no Brasil aproximadamente 4,5 milhões de crianças com idade entre 5 e 17 anos ocupadas. Apesar de possuir Leis avançadas que garantam a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, o país apresenta-se no rol com maiores índices de trabalho infanto-juvenil. O trabalho precoce interessa principalmente para o capital, por constituir-se em mão-de-obra barata, sem custos previdenciários para o empregador (nesse caso considerado como explorador). Apesar de o salário ser menor, a produtividade equivale a do adulto. Em relação ao trabalho infantil, Custódio (2006, p. 96) salienta que “A mão de obra infantil é extremamente atrativa para o empregador, pois geralmente não reivindica seus direitos, não está representada em sindicatos e dificilmente exige melhores condições de trabalho, pois a exploração está mascarada pela velha prática da caridade”. Vale ressaltar que o trabalho infantil acarreta várias conseqüências negativas, “o trabalho infantil tem como conseqüências diversos fatores, dentre eles os educacionais, os econômicos, os políticos e ainda os efeitos diretos sobre o desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes” (SOUZA, 2006, p. 265).

Destaca-se que, em 2008, no Brasil, dentre as pessoas ocupadas na faixa etária de 5 a 17 anos, 865 mil residiam em domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita menor que $\frac{1}{4}$ de salário mínimo ou sem rendimentos. E, ainda em 2006, entre os adolescentes de 15 a 17 anos, faixa etária que corresponde ao ensino médio, apenas 47,1% (menos da metade) desse segmento populacional freqüentavam a escola (IBGE 2007).

A educação deve ser considerada (juntamente com a renda) para que se compreenda a vulnerabilidade social³. O ciclo de pobreza entre gerações reflete o impacto na educação, pois os pais com baixa escolaridade, muitas vezes, têm dificuldades em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos. Nesse sentido, a educação funcionaria como um elemento que contribui para garantir a desigualdade de classes, tornando-se mais um espaço de diferenciação social.

Destaca-se que em 2008 o Brasil ainda contava, com 14,2 milhões de analfabetos. Entre as pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada uma taxa de 10,0% e em 2007 era de 10,1%. Sendo que os homens nessa faixa etária apresentaram 10,2%, enquanto as mulheres 9,8% de analfabetismo. As camadas mais pobres da população concentram maior índice de analfabetismo. Conjugando com a variável rendimento familiar, no conjunto da população que vivia com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo, aproximadamente 18% eram analfabetos em 2006, já nas classes de rendimentos superiores a dois salários mínimos, o percentual era de 1,3%. Ou seja, quanto maior a renda, maior a possibilidade de acesso à educação (IBGE, 2008).

Segundo a PNAD 2008, a População economicamente ativa era estimada em 99,5 milhões de pessoas sendo que destas, 93% estavam ocupadas e 7% desocupadas, o que representou um crescimento de 2,8 no índice de pessoas ocupadas em relação a 2007 conforme a PNAD. Dentre todas as ocupações, a de maior concentração de trabalhadores foi na produção de bens e serviços e manutenção, com 24,3%.

No que diz respeito ao acesso ao ensino universitário, pode-se dizer que, em 2006, a taxa de freqüência ao curso universitário para estudantes entre 18 e 25 anos de idade era de 40,1%, sendo que 76,4% freqüentavam universidades particulares contra 23,6% em estabelecimentos públicos. No entanto, a pesquisa mostra ainda que a maioria dos estudantes que tem acesso à rede pública de ensino faz parte das famílias consideradas entre os 20% mais ricos. Em relação a esses resultados, a PNAD (IBGE, 2007, p. 45) considera que:

tais resultados evidenciam uma clara situação de desigualdade de oportunidades, mostrando a necessidade de políticas de distribuição de renda

³ Vulnerabilidade social entendida como “decorrente da pobreza, privação por ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (Brasil, 2005, p. 33).

mais efetivas que venham a proporcionar melhores oportunidades educacionais para a população de baixa renda.

Em relação à defasagem escolar, a pesquisa mostra que o Brasil possui uma taxa de defasagem elevada, sendo que 25,7% dos alunos do ensino fundamental apresentam defasagem em relação à idade/série freqüentada. Apesar do alto índice de defasagem, houve uma redução se comparado ao ano de 1996, ano em que essa taxa correspondia a 43,9%. Dentre as causas que podem ocasionar a defasagem a PNAD (IBGE 2007, p. 42) cita “a falta de vagas no pré-escolar, a repetência no ensino seriado, a falta de oferta de escolas no meio rural, o conteúdo carente das escolas de educação infantil e creches e a evasão escolar, entre outros”.

Destaca-se também que, no contexto brasileiro, apesar de inúmeras mudanças decorrentes dos movimentos sociais, da presença cada vez maior da mulher no mercado de trabalho e maior escolarização feminina, os homens ainda apresentam maiores níveis salariais em relação às mulheres.

Em relação ao lugar ocupado pelo homem e pela mulher na família, em 2006, os arranjos familiares em que a mulher é a pessoa de referência, 89,2% eram do tipo monoparental com chefia feminina (sem a presença de um dos cônjuges). A PNAD salienta que a figura masculina e a feminina são de grande importância para o desenvolvimento infanto-juvenil e, em relação à situação econômica das famílias monoparentais com chefia feminina, o problema se torna mais grave quando os filhos têm idade inferior a 16 anos, que soma 60% dessas famílias. Desta forma, cabe ressaltar que nos arranjos onde as chefias são femininas, o número de filhos ocupados é maior (44,1%) e com chefia masculina 40,3%. Também é importante destacar o baixo índice de arranjos familiares com homens na chefia sem a presença do outro cônjuge e com filhos (3,3%). (IBGE, 2007).

Interessante é a constatação das unidades unipessoais que vêm apresentando crescimento se comparando com o ano de 1996, que era de 8,0% e em 2006, subiu para 10,7% (IBGE, 2007).

Em relação às condições de domicílio, e considerando que, segundo a PNAD, a população pode ter uma melhoria na qualidade de vida se tiver os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo) prestados devidamente, ressalta-se que no Brasil, 93,2% disponibilizavam de abastecimento de água, 66,8% contavam

com esgotamento sanitário e 89,8% foram atendidos com coleta direta de lixo. No entanto, como afirma a PNAD:

consideram-se com saneamento adequado ou completo os domicílios com os serviços simultâneos de abastecimento de água por rede geral com canalização interna, ligados à rede geral de esgotamento sanitário e/ou rede pluvial, e com serviços de coleta de lixo diretamente no domicílio (IBGE, 2007, p. 70).

Desta forma, vale ressaltar que, em 2006, dentre os domicílios urbanos brasileiros, apenas 61,5% contavam com estes serviços simultaneamente. Em relação à iluminação elétrica, segundo a PNAD (IBGE, 2007), 99,7% dos domicílios urbanos foram atendidos com este serviço.

Os dados apresentados remetem à idéia de famílias vivendo em situação de vulnerabilidade social, além de demonstrar as desigualdades de gênero, de acesso à educação, dentre outros. Homens e mulheres, muitas vezes, acabam num emaranhado de frustrações por não conseguirem cumprir suas obrigações em decorrência de desemprego, subemprego, analfabetismo, a mulher sozinha (monoparental), às vezes, não consegue cuidar, simultaneamente, da casa, dos filhos, das despesas, dentre outros. No entanto, Miotto (2006) afirma que as mudanças na estrutura familiar não interferem nas tarefas e obrigações destinadas às famílias. Essas devem cumprir com um “padrão de funcionalidade, independentemente do lugar em que estão localizadas na linha de estratificação social, calcada em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e, principalmente, materno” (MIOTTO, 2006, p. 53).

Existe ainda a possibilidade de ocorrer violência em decorrência dessas vulnerabilidades, sendo que a pessoa ao se sentir impotente diante dessas vulnerabilidades, vislumbra, muitas vezes, algumas saídas para a frustração, como o alcoolismo, as drogas, por exemplo, o que será discutido a seguir.

1.2 A VIOLÊNCIA, EM SUAS MÚLTIPLAS FORMAS, NO CONVÍVIO FAMILIAR

De acordo com o Ministério da Saúde (2001), existem fatores de risco no convívio familiar que podem resultar em violência. Dentre esses fatores de risco da família estão, a presença de uma referência familiar violenta na história de origem das pessoas envolvidas (maus-tratos, abuso na infância e abandono), maior incidência de abuso de drogas, dependência econômica/emocional e baixa auto-estima da parte de algum (ns) de seus membros, levando à impotência e/ou fracasso em lidar com a situação de violência. Em relação aos fatores de risco da criança referente aos pais, estão a ausência ou pouca manifestação positiva de afeto entre pai/mãe/filho, delegação à criança de tarefas domésticas, capacidade limitada em lidar com situações de estresse (perda fácil do autocontrole), estilo disciplinar rigoroso. Já os fatores de risco da criança em relação à criança, de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), são crianças separadas da mãe, ao nascer, por doença ou prematuridade, crianças nascidas com mal-formações congênitas ou doenças crônicas (retardo mental, anormalidades físicas, hiperatividade) e crianças com falta de vínculo parental nos primeiros anos de vida.

A violência é atualmente um tema de grande relevância mundial, tornando-se difícil conceituá-lo devido a sua face multifacetada. Apesar disso, serão evidenciadas algumas concepções acerca deste fenômeno.

1.2.1 Conceituando o fenômeno

Segundo a Organização Mundial da Saúde, violência é o uso intencional da força física ou do poder contra outra pessoa, ou contra um grupo e uma comunidade que resulte, ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento e privação.

Contribuindo com essa discussão, cabe citar Barudy (2000 apud Esber, 2009) que defende que a violência possui como dimensões constituintes essenciais, o sofrimento e o poder, sendo que as situações violentas envolvem não somente um abuso de poder, mas também um sofrimento profundo, principalmente nas vítimas. Contudo, a fim de contribuir

com a discussão anterior, elencou-se concepção de Chauí (1984) que entende a violência como:

A conversão dos diferentes em desiguais e desigualdade em relação entre superior e inferior [...] a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Essa se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (apud AZEVEDO; GUERRA, 1993, p. 33).

Santos (2006) considera ser necessário discutir a violência por meio da lógica essencialmente humana, constituída cultural, social, econômica e politicamente. Desta forma, “o homem é construído na relação com os demais, e a violência é o fenômeno resultante da articulação entre os diversos fatores presentes na dinâmica das relações que constituem a sociedade” (BORGES, 2009, p. 18).

- Violência intrafamiliar ou doméstica

Referindo-se a violência intrafamiliar contra criança/adolescente, cabe ressaltar que maus-tratos infantis quando causados por familiares ou responsáveis implica numa transgressão de poder/dever de proteção do adulto e numa coisificação da infância (PIRES, 1998 apud SCHREIBER, 2001). De acordo com Grosman (1998, apud SCHREIBER, 2001) dentre as formas de maus-tratos infantis estão incluídas a agressão física, a violência psicológica, a negligência quanto à alimentação, saúde e proteção, violência sexual e abandono físico e emocional.

Os maus-tratos praticados por outros membros, que não convivem ou possuem laços de parentesco com a vítima, são denominados de violência extrafamiliar. Porém, não se pode esquecer os maus-tratos causados por aqueles que, mesmo não sendo o responsável direto pelos cuidados à criança/adolescente, possuem também o dever de protegê-los, neste caso, a sociedade e o Estado.

A violência intrafamiliar é considerada pelo Ministério da Saúde (2001, p. 15) como:

toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum

membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consangüinidade, e em relação de poder à outra.

Destaca-se que, a violência intrafamiliar, torna vítima não somente as crianças/adolescentes, as vítimas principais são os segmentos mais vulneráveis como, por exemplo, as mulheres, as crianças/adolescentes, os idosos, deficientes físicos. Como afirma Schreiber (2001, p. 90) “a violência do marido contra a mulher também constitui maus-tratos contra a criança que vivencia a situação de angústia, fato que lhe acarreta conseqüências psicológicas sérias”.

A violência intrafamiliar ou doméstica (já que as teorizações sobre ambas apresentam sentidos muito próximos) não tem um “endereço certo” (VERONESE; COSTA, 2006), pois o fenômeno ocorre, indistintamente, em todas as classes sociais. Como contempla Santos (1987, apud SCHREIBER, 2001, p. 87) ao afirmar que “os maus-tratos são geralmente impostos pelos próprios pais ou responsáveis, presentes indistintamente em todas as categorias sócio-econômicas, não respeitando credo, raça ou cor”.

As principais modalidades de violência doméstica na compreensão de Veronese e Costa (2006) são violência física, sexual, psicológica e negligência. Muitas vezes, as modalidades da violência doméstica não aparecem isoladas. Geralmente, uma pode estar contida na outra, podendo, inclusive ser o fator que gera o outro. Ou seja, a violência psicológica, embora possa aparecer de forma isolada, geralmente está presente nos casos que envolvem violência física e sexual.

- Violência física

Em relação à violência física, a mesma é utilizada, com frequência, para a vitimização de crianças e adolescentes. Cabe salientar que essa prática está intrinsecamente vinculada à reprodução de padrões culturais, pois o disciplinamento corporal é algo histórico e presente no Brasil até os dias atuais. A punição corporal dos mais jovens, como medida educativa, na maioria das vezes não é identificada enquanto violência, não sendo notificada como tal.

Na afirmação de Schreiber (2001), a violência física é a forma mais comum de maltrato e a mais fácil de ser identificada, pois costuma deixar marcas, dependendo do instrumento utilizado (cintos, cordas, dentes). A autora argumenta ainda que o maltrato físico no âmbito familiar pode ser definido como “o uso do castigo corporal sob o pretexto de educar ou disciplinar a criança/adolescente”(SCHREIBER, 2001. p. 92).

Veronese e Costa (2006) acrescentam que a disciplina e a punição, nem sempre são o motivo da violência física, normalmente são formas de alívio de tensões e da cólera dos agressores. Pode ser ainda um comportamento psicopatológico daqueles que a praticam, (sadismo ou outras manifestações congêneres), bem como o alcoolismo e o uso de drogas.

Newell (1989), em relação à violência física, ressalta que “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espancamento fatal, representam um só continuum de violência” (apud AZEVEDO; GUERRA, 1995, p. 44). Estas autoras complementam essa definição, conceituando a violência física contra crianças e adolescentes como “todo ato que resulta ou não em dor física, podendo ou não culminar em lesões leves, graves ou gravíssimas (morte ou invalidez), ao corpo da criança e do adolescente” (AZEVEDO; GUERRA, 1995 apud ROQUE; MELO, 2008, p. 8). Segundo estas autoras, muitos pais e professores continuam utilizando o tapa limitador visando à educação dos mais jovens. Na compreensão de Veronese e Costa (2006) A maioria dos agressores físicos possui baixo nível de desenvolvimento intelectual e geralmente são aqueles:

que estão mais sujeitos a instabilidade de vínculo empregatício, que têm más relações de trabalho, não reconhecem a hierarquia, têm péssimas ligações maritais, são sujeitos à constante troca de parceiros, de empregos, de residência, não tendo, de forma geral, raízes de ordem física, cultural e social (VERONESE; COSTA, 2006, p.107)

Essas autoras consideram ainda que a maior parte das vítimas desse tipo de violência apresenta retardos escolares, não se adaptam ao convívio com outras crianças, além de apresentar dificuldade de expressão (retardo de linguagem).

Pesquisas mostram que pais condenados devido à prática de violência física grave contra seus filhos colocam que a situação se iniciou por ações disciplinares, “Eu te machuco porque eu te amo” (AZEVEDO; GUERRA, 2003, p. 32).

Schreiber (2001, p.12) afirma que “se a criança entender a violência como algo natural e, pior ainda, merecido, irá introjetar seu conceito como única forma de se relacionar com os semelhantes. Isso em certa forma já está ocorrendo, já que a violência intrafamiliar não é uma questão moderna”. Assim, os adultos que são violentadores hoje, podem ter sido crianças/adolescentes vítimas, que tiveram a violência física como forma de educação.

- Violência sexual

Em relação à violência sexual, Veronese e Costa (2006) sustentam que o abuso sexual é considerado como “o envolvimento de uma criança imatura em seu desenvolvimento em atividades sexuais que ela não compreende verdadeiramente, para as quais não está apta de dar seu consentimento informado, ou que violam os tabus sociais e familiares” (FARINATTI, BIAZUS; LEITE, 1993 apud VERONESE; COSTA, 2006, p. 111).

Citando Azevedo e Guerra (1988, p. 12), “abuso e vitimização sexual são as duas faces da moeda”. Desta forma, para as autoras, o abuso e vitimização sexual de crianças e adolescentes é “todo o jogo, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa” (AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 42).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes pode ocorrer nas relações familiares (intrafamiliar) ou fora delas (extrafamiliar).

Azevedo e Guerra (1997 apud CARDOSO; TOSCANO; SILVEIRA, 1999) pontuam que cerca de 85 a 90% dos agressores são conhecidos das vítimas, sendo a maioria do sexo masculino, especialmente pais e padrastos. Segundo essas autoras, no ano de 1985, 20% da população feminina e 10% da população masculina de 0 a 19 anos foram vitimizados sexualmente, o que demonstra um grande número de casos, bem como um maior número de vítimas do sexo feminino.

Pesquisa realizada por Drezett (2000 apud ESBER, 2009) no Hospital Pérola Byington de São Paulo, onde foram analisados 1.200 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, constatou que em 84,5% dos casos, o autor era conhecido da vítima. Além disso, Santos (2006) afirma que no Brasil, segundo dados do UNICEF (2000), em cerca de 90% dos casos de violência sexual contra meninas o agressor é o pai ou padrasto.

Alguns autores, como Santos (1987 apud VERONESE; COSTA, 2006) pensam que o principal fator desencadeante da violência pode ser a deterioração da saúde mental presente em indivíduos de qualquer camada socioeconômica. Outros fatores que podem gerar a violência, bastante comum na ocorrência do abuso sexual e violência física são “promiscuidade familiar, oriunda da baixa renda econômica, a falta de estímulo a lazeres sadios, o uso de álcool e de entorpecentes de todos os gêneros” (VERONESE; COSTA, 2006,

p. 112). Porém, “os abusos sexuais também ocorrem em famílias onde há ausência de qualquer desajustamento sexual, sendo que muitos agressores ocupam posições de responsabilidade e vêm de famílias altamente educadas e respeitadas” (GRINBLATT, MARTINS, SATTLER, CAMINHA, FLORES 1994 apud SCHREIBER, 2001, p. 110).

No entanto, pesquisas mostram que a maioria dos abusadores foram abusados, negligenciados ou desprotegidos em sua infância. Contudo, é necessário que não se faça uma análise generalizada dessas situações, pois, “sabe-se também, por outro lado, que nem sempre crianças submetidas à violência tornam-se adultos violentos” (SCHMICKLER, 2006 p. 85).

- Violência psicológica

Em relação à violência psicológica, essa é a mais frequente dentre as modalidades de violência, já que tanto pode ocorrer sozinha quanto atrelada a outras modalidades. A violência psicológica é a forma de abuso “mais difícil de ser identificada porque não deixa marcas evidentes no corpo” (VERONESE; COSTA, 2006, p. 117).

Na concepção de Azevedo e Guerra (1989 apud CARDOSO et al, 1999), violência psicológica é todo ato ou omissão que deprecie ou bloqueie a criança em seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe sofrimento mental. Como afirma Diel (1972 apud VERONESE; COSTA, 2006) essa modalidade de violência causa ferida mortal da alma, considerando que respostas inadequadas dos pais em relação a suas necessidades básicas podem vir acarretar traumas reais na vida da criança.

Conforme Veronese e Costa (2006, p. 116), a violência psicológica pode ser considerada como:

A exposição constante da criança e do adolescente a situação de humilhação e constrangimento, através de agressões verbais, ameaças, cobranças e punições exageradas, conduz a vítima de rejeição e desvalia, além de impedi-la de estabelecer com outros adultos uma relação de confiança.

- Negligência intrafamiliar

Assim como a violência psicológica, a negligência intrafamiliar pode permear outras formas de violência contra a criança e o adolescente. Ela se caracteriza pela omissão, seja intencional ou não, acerca da satisfação das necessidades das crianças e adolescentes

(VERONESE; COSTA, 2006). A negligência pode acarretar tanto conseqüências de ordem emocional, quanto física às suas vítimas, podendo esta última ser classificada como moderada ou severa. Além disso, a negligência pode se caracterizar em relação ao grau de disponibilidade dos pais acerca dos interesses e necessidades dos filhos, pela falta de interesse pelas expectativas, temores, anseios e sonhos dos filhos (VERONESE ; COSTA, 2006).

Todavia, vale considerar que a questão da negligência familiar deve ser entendida como intimamente relacionada às condições estruturais da sociedade. A violência estrutural, da qual as famílias brasileiras são vítimas, pode estar articulada a esta questão. Desta forma, Farinatti, Biazus e Leite (1993 apud VERONESE; COSTA, 2006, p. 119) consideram a negligência como:

[...] a omissão dos responsáveis em garantir cuidados e satisfação das necessidades da criança/adolescente sejam elas primárias (alimentação, higiene e vestuário), secundárias (escolarização e lazer) e terciárias (afeto, proteção). Cada um dos níveis não satisfeitos determina sérias conseqüências no desenvolvimento da criança/adolescente, que podem ir do óbito prematuro à delinqüência. Não é considerado negligência a omissão resultante de situações que fogem ao controle da família.

O Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - CRAMI⁴, através da coleta de dados referente aos atendimentos realizados entre agosto de 1993 a dezembro de 1997, realizou pesquisa com 1.131 casos apurados, totalizando 1.734 vítimas de violência. A partir do resultado da pesquisa⁵ (APÊNDICE A) observa-se que a violência física foi a modalidade com maior incidência, com 524 (quinhentos e vinte e quatro) casos, seguido da negligência com 231 (duzentos e trinta e um) e abuso sexual com 137 (cento e trinta e sete) casos. A faixa etária das maiores vítimas ficou entre 02 a 12 anos, não havendo predominância de sexo, sendo que o principal agressor é a mãe com 423 (quatrocentos e vinte e três) casos, seguida do pai 248 (duzentos e quarenta e oito) e parentes 212 (duzentos e doze). Importante destacar que muitos agressores apresentavam distúrbio de comportamento (51%) e uso de álcool (34%) e drogas (8%), e os denunciadores da violência foram

⁴ CRAMI é uma Organização Não Governamental fundada em 1988 e declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal. Situado na região do ABCD. Atende notificações de Violência Doméstica (violência física, psicológica, negligência, abandono e abuso sexual) praticada contra crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos), por pais / responsáveis ou parentes. Informações postadas no endereço eletrônico <<http://www.crami.org.br/estatisticas.asp>> Acesso em 10 de maio 2010.

⁵ Observou-se que a somatória de alguns números apresentados pela pesquisa, aparentemente não conferem com o total de casos analisados e de vítimas apresentado pelo CRAMI

principalmente anônimos, com 390 (trezentos e noventa) casos e instituições com 276 (duzentos e setenta e seis) casos denunciados.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destaca em seu artigo 13 que “os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 2004).

Além do ECA, a LEI N. 10.498, de 5 de janeiro de 2000⁶, dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação compulsória de maus tratos de criança e adolescente de até 18 anos incompletos e portadores de deficiência, sendo que os órgãos públicos das áreas de saúde, educação e segurança pública deverão emitir notificação se confirmada a violência ou suspeita, ao Conselho Tutelar ou, na falta deste, à Vara da Infância e Juventude ou ao Ministério Público.

Desta forma, além da importância da denúncia de maus-tratos, verifica-se a necessidade de serviços de atendimento adequado às crianças e adolescentes vítimas, a fim de que consigam superar as conseqüências e traumas decorrentes da violência, e não se tornem futuros violentadores. Por isso se faz importante à necessidade do exercício da cidadania através da sociedade, compreendendo as crianças e adolescentes como portadores de direitos e notificando os casos de violência contra os mesmos.

Para discutir violência intrafamiliar, faz-se necessário discutir a família, seus conceitos, as dinâmicas, os novos arranjos, dentre outros. Assim, será apresentado o conceito de família na perspectiva de alguns autores que se fazem relevantes para este estudo.

1.3 AS TRANSFORMAÇÕES NAS FAMÍLIAS E OS NOVOS ARRANJOS

Como mencionado no início dessa seção, ao longo da história brasileira, a família vem passando por transformações importantes que se relacionam com o contexto sócio-econômico-político do país.

No Brasil colônia, marcado pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação, existia um modelo de família tradicional (extensa e patriarcal⁷), onde os casamentos baseavam-se, no entender de Silva (2007, p. 18), em “interesses econômicos, e onde a mulher era destinada à castidade, à fidelidade e à subserviência”. Os filhos que eram extensão do casamento eram cuidados por amas, sendo que essas cuidavam e amamentavam esses recém-nascidos. Um novo modelo de família é identificado no final do século XIX. O advento da Revolução Industrial, a urbanização e o fim da escravidão, abrem espaço para a passagem da família extensa para o modelo de família nuclear burguesa. (BRUSCHINI 1993 apud AZEVEDO; GUERRA, 1993). Esse novo modelo era constituído basicamente por pai, mãe e filhos. O homem continuou sendo a figura autoritária, enquanto a mulher assumiu a posição de dona de casa e responsável por zelar pela educação dos filhos.

A partir da década de 1970, pesquisadores do tema passam a dar mais visibilidade a outras formas de organização familiar, admitindo que os arranjos familiares são diversos e a família passa por transformações na sua estrutura e organização. Giddens (1991 apud LIMA 2006) destaca que as transformações na família relacionam-se com as constantes e aceleradas mudanças que ocorre, em todo o mundo, decorrente do avanço do conhecimento científico e tecnológico.

O interesse pelo tema família concretizou-se em início da década de 70 através da revisão nos estudos de fecundidade, quando a unidade familiar passa a ser percebida como o cenário onde são tomadas as decisões sobre o comportamento reprodutivo. Com a difusão da pílula anticoncepcional e o advento do trabalho remunerado feminino, a mulher passou a ter liberdade de escolha e a possibilidade de escolher e gerenciar sua vida, decidindo sobre a permanência no casamento ou não, a opção pela carreira profissional, além de poder decidir se terá filhos ou não. Nessa perspectiva, Sarti (2005, p. 21) salienta que:

[...] a pílula anticoncepcional, que separou a sexualidade da reprodução e interferiu decisivamente na sexualidade feminina [...] criou as condições materiais para que a mulher deixasse de ter sua vida e sua sexualidade atadas à maternidade como um “destino”.

⁶ Informações postadas no endereço eletrônico <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/136624/lei-10498-00-sao-paulo-sp>> Acesso em 10 de maio de 2010.

Na afirmação de Arraigada (2002 apud LIMA, 2006), esses processos de mudanças nas famílias produzem relações mais democratizadas, divisão do trabalho e de oportunidades de forma igualitária, além de uma maior autonomia na tomada de decisões.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, o homem deixou de ser o único provedor da casa. A participação da mulher na atividade produtiva propiciou a ela uma independência econômica, autonomia no espaço doméstico, bem como, alterou o papel masculino no âmbito doméstico.

Assim, a partir da constatação de que ocorreram várias transformações no contexto familiar, serão apresentadas as concepções de família elaboradas por alguns autores, no subitem a seguir.

1.4 CONCEPÇÕES DE FAMÍLIAS

Sarti (2005) destaca que as definições de família abordadas por algumas áreas de conhecimento (jurídica, médica, psicológica, religiosa e pedagógica) constituem o modelo de como é e deve ser a família, dificultando assim as mudanças nesta pelo fato de que as definições são socialmente instituídas. Essa autora afirma ainda que “a realidade das mudanças em curso abalam de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a idéia de um modelo “adequado” (SARTI, 2005, p. 25).

No entanto, várias mudanças ocorridas no plano sócio-político-econômico, vêm interferindo na dinâmica e estrutura familiar. Pereira (1995, p. 103) destaca como mudanças mais evidentes:

Queda da taxa de fecundidade devido ao acesso aos métodos contraceptivos e de esterilização; tendência de envelhecimento populacional; declínio do número de casamentos e aumento da dissolução de vínculos matrimoniais constituídos, com crescimento de taxas de pessoas vivendo sozinhas; aumento da taxa de coabitações, o que permite que as crianças recebam outros valores, menos tradicionais; aumento do número de famílias chefiadas

⁷ A família patriarcal era um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, além de afilhados, parentes, agregados, escravos e concubinas e bastardos, todos abrigados sob o mesmo teto, na casa grande ou na senzala (FREYRE 1933 apud AZEVEDO; GUERRA, 1997)

por uma só pessoa, principalmente por mulheres, que trabalham fora e têm menos tempo para cuidar da casa e dos filhos.

Este processo de transformação na forma como a família se organiza, dá-se em razão das mudanças ocorridas na sociedade. Mudanças essas “provocadas por inúmeros fatores, nos quais estão àqueles referentes à estrutura social em que as famílias estão inseridas e aqueles colocados pelo processo de desenvolvimento de seus membros” (MIOTO, 1997, p. 124).

Nos dias atuais, a família possui uma feição diferenciada; os modelos tradicionais foram alterados a partir das transformações ocorridas na contemporaneidade, apresentando atualmente novos arranjos de família e de relações familiares.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007) define família como sendo o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, que vivem no mesmo domicílio, ou ainda, pessoa que vive sozinha. Além disso, também considera família como o conjunto de, no máximo, cinco pessoas vivendo em domicílio particular, ainda que não estejam ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica.

Na concepção de Kaloustian (1988), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre gerações e são observados valores culturais.

Para complementar esta concepção, cabe mencionar Miotto (2001, p. 217) que entende família como:

Um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, mais ou menos longo, e se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. É marcado por relações de gênero e, ou de gerações, e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida.

De acordo com levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) no ano de 2006 em relação às mudanças nos arranjos familiares, observa-se um aumento na proporção de pessoas que vivem sozinhas, dos casais sem filhos, das mulheres sem cônjuge e com filhos na chefia das famílias além de uma redução na proporção de casais sem filhos. O arranjo domiciliar de pessoas que vivem sozinhas é denominado pelos pesquisadores de unipessoal. Já o arranjo em que a mulher vive sozinha com os filhos é denominado de mononuclear (com chefia feminina). Wall (2003 apud LIMA, 2006) chama atenção para o crescimento de famílias monoparentais no Brasil, constituídas de mães ou pais que vivem sem cônjuge e com filhos dependentes, dentre esses, crianças, adolescentes ou adultos jovens solteiros.

Lima (2006) acrescenta que a família nuclear, considerada aquela composta por casal com filhos, continua sendo o arranjo predominante no Brasil, embora as últimas pesquisas venham demonstrando uma queda em seu índice. Isso pode ser observado através dos resultados da PNAD 2007, que verifica um crescimento na proporção de casais sem filhos, das mulheres solteiras com filhos, das pessoas que vivem sozinhas e uma redução no índice de casais com filhos.

A concepção de família enquanto agregado doméstico é entendida por Aboim (2003, apud LIMA 2006, p. 28) como “um grupo elementar de solidariedade cotidiana, tendo como base um critério de co-residência entre indivíduos, que implica quer a partilha do mesmo teto [...] quer a partilha de recursos e mesmo de atividades”. E ainda, “é um grupo que vivencia uma relação de solidariedade cotidiana, o que pode ser traduzido como relações de cuidado e proteção entre seus membros” (ABOIM, 2003 apud LIMA, 2006, p. 30).

Atualmente, como salienta Sarti (2005), evidenciam-se configurações de famílias muito elásticas (em relação às famílias nucleares modernas), principalmente, nas de baixa renda, as quais têm construído redes com ramificações através da redistribuição de papéis, da agregação de membros originalmente não pertencentes a ela, da circulação de crianças. Essas mudanças demonstram claramente o quanto a família busca soluções para sua manutenção, adaptando sua estrutura ao seu contexto sócio-histórico.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF/88- aborda a questão da família em seu artigo 226, com um novo conceito de família, “a união estável entre o homem e a mulher” e “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” e ainda reconhece que

“os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”.

Por fim, reconhece-se que não há um modelo-padrão de organização familiar, há uma variedade de arranjos familiares e, portanto, a visão idealizada da família nuclear tradicional (pai, mãe, filho) não expressa a realidade ou pelo menos não corresponde à realidade da maioria das famílias brasileiras.

No próximo item, será apresentada a família no espaço da Assistência Social Brasileira.

1.5 O LUGAR DAS FAMÍLIAS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

- A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS

A partir da Constituição Federal de 1988, configura-se uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Como resultados de muitas lutas dos movimentos sociais, dos trabalhadores e intelectuais, a Lei nº 8742, passou a ser discutida e foi aprovada em 07 de dezembro de 1993 (Lei nº 8742 de 07/12/1993-LOAS). Com a regulamentação da Assistência Social como política social, a Assistência Social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social⁸, como política social pública não-contributiva⁹, regulamentada pela LOAS e pautada pela universalidade de cobertura e do atendimento, ao lado da Saúde (não-contributiva) e da Previdência (contributiva). E, de acordo com Martins e Paiva (2003, p. 50) a Assistência Social tem como objetivo “prevenir e superar as diferentes formas de exclusão social, garantindo os padrões de cidadania às parcelas desprotegidas e excluídas da população”.

⁸ O conceito de Seguridade Social foi instituído no artigo 194 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2006a, p. 127).

⁹ Não-contributivo: livre acesso a todos os brasileiros aos serviços, programas, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição ou pagamento direto.

A Assistência Social “inicia seu novo trânsito para um campo novo: o dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. O protagonismo dos Assistentes Sociais brasileiros na elaboração da LOAS foi fundamental. (YAZBEK, 2006, p. 127).

A Assistência Social, que foi reconhecida como dever do Estado para prover suas ações, foi especificada na LOAS em dois artigos: 203 e 204.

O artigo 203 afirma que a “Assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social [...]”. Já o artigo 204 trata do orçamento, destacando que “as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, além de outras fontes” e é organizada com base nas diretrizes de descentralização e participação¹⁰.

A inclusão da Assistência Social na Seguridade Social conota seu caráter de política de proteção social direcionada a garantia de direitos e de condições dignas de vida. Essa garantia torna-se efetiva por meio de programas, projetos e benefícios direcionados para a proteção social e atendimento das necessidades dos usuários da referida política.

A LOAS, porém, garante um único benefício formalmente, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que se constitui no direito constitucional de um salário mínimo ao idoso e ao portador de deficiência que comprove não possuir meios de prover e nem de tê-lo provido pela sua família.

No período correspondente aos anos de 1985 a 1998, o país tinha como Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), tendo como principal meta de seu governo o plano de estabilidade econômica. Este governo também tinha por objetivo reformas na Constituição Federal em vigor, sobretudo visando a contenção do gasto social.

Para a área social foi criado, em 1995, o Programa Comunidade Solidária, numa tentativa de responder aos problemas imensos na área social, cujo descaso foi alvo de manifestações em 1995, por meio do Relatório do Tribunal de Contas da União que denunciou esta situação. Couto (2008, p. 150) destaca que:

¹⁰ Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (PNAS, 2005, p. 32)

Uma das características desse período é a retomada da matriz da solidariedade, como sinônimo de voluntarismo e de passagem da responsabilidade dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada, buscando afastar o Estado de sua responsabilidade central, conforme a Constituição de 1988, na garantia de seus direitos.

A política social do governo FHC era contrária a àquela preconizada na CF/88, esse governo tinha um projeto político basicamente voltado na centralização da estabilidade econômica e no anseio por reformas na Constituição de 1988, vista como empecilho ao crescimento econômico. Na afirmação de Pereira (2000, p. 173):

A obsessiva preocupação governamental com a contenção de déficit público e com o equilíbrio orçamentário, no bojo de sua política de ajuste fiscal, deteriorou qualitativamente o sistema de proteção social a duras penas construído no Brasil, desde os anos 30.

Foi no governo FHC que a LOAS passou a disputar reconhecimento, porém não foram implementados mecanismos garantidos por esta Lei. Apesar de a LOAS estar vigente, FHC criou o Programa Comunidade Solidária (PCS), que contrariava o princípio do Comando Único¹¹ criado pela LOAS, como estratégia para combater a pobreza, porém, este programa reproduzia ações assistencialistas

Na compreensão de Sposati (2001, p. 58), não há uma distinção entre propostas conservadoras e propostas progressistas tais como definidas por FHC para a Assistência Social que, “apesar dos aparentes avanços no perfil institucional”, continua na regressividade. Segundo a autora, essa regressividade apresenta-se no seu não reconhecimento como política de seguridade social e na ausência de definição quanto “as seguranças que a Assistência Social deve prover a população”.

O que se observou foi que, na prática, no governo FHC, a Assistência Social continuou fortemente marcada pela solidariedade e voluntarismo e que os recursos financeiros destinados ao programa de combate à pobreza pelo governo, o Programa Comunidade Solidária, eram maiores do que os destinados para o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), “a mesma atitude pode ser constatada no Governo do presidente Lula, no período de

¹¹ De acordo com Brasil (2006, p. 20) “O comando único funciona como um núcleo político que coordena a política pública de assistência social, integrando e articulando todas as ações que acontecem na sua esfera de

2003 a 2006, com o Programa Fome Zero, também pautado na ótica da solidariedade” (HACK, 2007, p. 33).

Neste contexto, chega-se ao ano de 2003, na visão de Lopes (2006, p. 78) “[...] com uma avançada descaracterização dos direitos, tão duramente conquistados, reduzidos paulatinamente à esfera do voluntarismo, do favor, e deslocados para a insólita e descontinuada base solidária de atendimento, a cargo da sociedade”.

No ano de 2004, através da Resolução nº 145, de 15/10/2004 foi aprovada em reunião do Colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), expressando a “materialidade do conteúdo da Assistência Social enquanto um pilar do sistema de Proteção Social brasileiro no âmbito da Seguridade social” (BRASIL, 2005, p. 11).

No entanto, foi no governo Lula eleito em 2002, que a LOAS foi efetivada por meio da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, que foi uma das principais deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social ocorrido no ano de 2003. Este foi criado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em vigor e sua estrutura de gestão e o sistema de financiamento foram regulamentados por meio da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS).

- A Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

A Política de Assistência Social englobou diversos aspectos inovadores, a saber: sua definição como política social; a definição de que é possível existir provisão social sem que seja necessária a contribuição financeira de quem é demandatário da política; e o seu caráter universalizante (COUTO, 2008).

Baseando-se na CF/88 e na LOAS, a assistência social apresenta como diretrizes a Descentralização político-administrativa, Participação da população, Primazia da responsabilidade do Estado e centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços programas e projetos.

governo”. Está relacionada a descentralização das ações em cada esfera de governo (federal, municipal e estadual).

O conceito de família do qual se fala na política de Assistência Social compreende relações estabelecidas por laços consangüíneos, afetivos e/ou de solidariedade (BRASIL, 2005. p. 41).

Para sua implementação, a PNAS tem como objetivos:

“Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais; e Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária”. (BRASIL, 2005, p. 33).

Conseqüentemente, os usuários beneficiados com esses serviços são “os cidadãos e grupos em situações de vulnerabilidade e riscos” (BRASIL, 2005, p. 33).

De acordo com a PNAS (BRASIL, 2005, p. 33), vulnerabilidade e risco são situações que decorrem de:

- Perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;
- Ciclos de vida;
- Identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;
- Desvantagem pessoal resultante de deficiências;
- Exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas;
- Uso de substâncias psicoativas;
- Diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;
- Inserção precária ou não inserção no mercado formal e informal
- Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

A proteção social (BRASIL, 2005, p. 90) consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios objetivando a redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional que abrange como garantias:

- A Segurança de sobrevivência, ofertada através de benefícios continuados (para idosos e pessoas com deficiência sem condições de sustento) e eventuais (em situações de calamidades ou fragilidade pessoal e familiar);

- A segurança de convívio, efetivada por meio de ações, cuidados e serviços, através de programas socioeducativos desenvolvidos para os diversos ciclos de vida a fim de promover a capacidade do indivíduo para o exercício do protagonismo e da cidadania com maior independência pessoal;

- A segurança de acolhida refere-se à oferta pública de rede continuada de espaços (albergues, alojamentos dentre outros.) com escuta qualificada, informações, capazes de restaurar sua autonomia, capacidade de convívio.

De acordo com a PNAS (BRASIL, 2005) suas funções são organizadas segundo as seguintes referências: Vigilância social; Proteção Social e Defesa Social e Institucional.

A vigilância social diz respeito à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre as pessoas nos diferentes ciclos de vida. Correspondem ainda à vigilância em relação à qualidade dos serviços de assistência social, principalmente aqueles que operam na forma de abrigos, moradias provisórias. Ou seja, esta vigilância busca a identificação de formas de vulnerabilidade social.

Em relação à defesa social e institucional, os serviços devem ser organizados de forma que os usuários tenham conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa (como ouvidorias, centros de referência, entre outros).

Destaca que as ações de Assistência Social devem produzir aquisições materiais, sociais, socioeducativas às famílias e seus membros, visando atender suas necessidades de reprodução social, de vida individual e familiar, desenvolvendo suas capacidades e talentos, sua autonomia e protagonismo.

- O Sistema único de Assistência Social (SUAS)

Enquanto materialização da PNAS e baseado nas diretrizes da LOAS, o SUAS tornou-se realidade, foi implantado em agosto de 2005 após ampla mobilização nacional.

O SUAS é um sistema público não-contributivo¹², descentralizado e participativo que organiza e normatiza a Política Nacional de Assistência Social. Ou seja, o SUAS estabelece um novo pacto federativo, alterando o modelo de gestão e a forma de financiamento. Nesse novo pacto são definidas as atribuições e responsabilidades dos governos federal, municipal e estadual na provisão das ações socioassistenciais, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (CIT e CIB) (BRASIL, 2005, p. 13). O modelo de Gestão do SUAS abrange a gestão Municipal, que pode ser em três níveis (inicial, básica e plena)¹³; gestão do Distrito Federal; gestão dos Estados e da União.

A gestão financeira da assistência social se efetiva através dos Fundos de Assistência Social, “utilizando critérios de partilha de todos os recursos neles alocados, os quais são aprovados pelos respectivos conselhos de Assistência Social” (BRASIL, 2005, p. 129). É através do Fundo Nacional de Assistência Social, no âmbito da União que são utilizados os recursos destinados ao financiamento da política de assistência social (benefícios¹⁴, serviços, programas e projetos).

O SUAS define e organiza elementos essenciais e imprescindíveis para a execução da PNAS, definindo como eixos estruturantes para sua gestão: Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento, Controle Social; O desafio da participação popular/cidadão/usuário; A Política de Recursos Humanos; A Informação, o Monitoramento e a Avaliação.

¹²Não-contributivo: livre acesso a todos os brasileiros aos serviços, programas, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição ou pagamento direto.

Descentralizado: divisão de responsabilidades entre Estados, municípios e Distrito Federal.

Participativo: o governo municipal, junto com os representantes da sociedade, define as ações prioritárias e a alocação dos recursos para o respectivo setor em sua localidade.

¹³ Na Gestão inicial os municípios que não se habilitarem (existem requisitos) na gestão básica ou plena, receberão recursos da união “transformados em Piso Básico Transição e Piso de Transição de Média Complexidade e Piso de Alta Complexidade I”. Na Gestão Básica, o município assume a gestão de proteção social básica na Assistência Social, e o gestor é responsável pela oferta de programas, projetos e serviços sociassistenciais. Já na Gestão Plena o município tem a gestão total das ações de assistência social, mediante repasse fundo e fundo, ou diretamente repassado aos usuários (BRASIL, 2005).

¹⁴ Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, provido pelo Governo Federal, consiste em repasse de 01(um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e a pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência nem de tê-la suprida por sua família. Benefícios Eventuais - previstos no art. 22 da LOAS, visam o pagamento por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz (que nutre, alimenta) e nos casos de calamidade pública.

É importante ressaltar que com o eixo estruturante da matricialidade sociofamiliar, a Política Nacional de assistência social atribui à família um papel de fundamental importância quando a define como:

espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser cuidada e protegida. Esta percepção reflete ao que está expresso na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica de Assistência Social e no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2005, p.41)

Em concordância com Guimarães (1998, apud SZYMANSKI, 2002), vivemos numa sociedade de injustiças sociais, pessoas excluídas do trabalho, sem acesso a habitação, lazer, alimentação, saúde, educação, informação, cultura, entre outras. Desta maneira, a família está submetida a condições tão adversas que em muitos momentos não supre as necessidades básicas de seus indivíduos, impossibilitando que esta atue como fator de proteção aos seus membros.

Na família se encontram os suportes afetivos e materiais indispensáveis ao desenvolvimento de suas crianças, porém, no Brasil, vem aumentando o número de famílias empobrecidas e em situação de vulnerabilidade que não conseguem garantir estes suportes materiais e as condições básicas de vida às crianças e adolescentes [...] (SILVA, 2001), como consequência inevitável da crise econômica e social das últimas décadas. Referente a esta situação, é possível perceber que o cuidado e a proteção envolvidos entre os membros da família, estão relacionados à qualidade de vida que possuem no meio social que estão inseridos. Assim, identifica-se que a situação de vulnerabilidade das famílias encontra-se diretamente associada à pobreza e ao perfil de distribuição de renda no país (MIOTO, 1997).

Quanto a isso, Lima (2000) chama a atenção para os programas que atendem as famílias, embora exista um consenso de que as famílias possuem estruturas distintas, os profissionais desses programas acabam focalizando a família por meio do membro que mais comparece aos atendimentos, ou, a rede familiar acaba sendo reduzida ao responsável pela criança ou adolescente.

Corroborando com o pensamento de Pereira (2006, p. 36), a família pode ser considerada “a base sobre a qual outras atividades de bem-estar se apóiam”, tem caráter informal, sem contratos, firmando as relações entre seus componentes e é desprovida de regras ou regulamentos explícitos. A família, como uma instituição social que é, apresenta

suas contraditoriedades, pois ao mesmo tempo em que é o lugar da solidariedade, da compreensão, da segurança, da socialização das crianças e de ensinamentos, conforme salienta Pereira (2006, p. 36), ela também é frágil,

Pelo fato de não estar livre de despotismos, violências, confinamentos, desencontros e rupturas. Tais rupturas, por sua vez, podem gerar inseguranças, mas também podem abrir portas para a emancipação e bem-estar de indivíduos historicamente oprimidos no seio da família, como mulheres, crianças, jovens, idosos.

Desta forma, acredita-se que ao dividir a responsabilidade com a família, o Estado deve oferecer condições favoráveis para que a mesma possa ter meios de cumprir com as responsabilidades que lhe são impostas.

Sendo assim, assumindo a centralidade sociofamiliar no âmbito de suas ações, O SUAS é a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades que se dividem em níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

No âmbito da Política Nacional de Assistência Social, o Centro de Educação Complementar configura-se dentre os serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, através dos serviços de Proteção Social Básica, que será apresentada posteriormente.

- Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando ainda o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários através da oferta de serviços locais, visando à convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos.

Ainda de acordo com a PNAS, a Proteção Social Básica:

destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) (BRASIL, 2005, p. 33).

Os serviços de Proteção Social Básica serão executados de forma direta no Centro de Referência de Assistência social (CRAS)¹⁵ e em outras unidades básicas e públicas de assistência Social, bem como, de forma indireta nas entidades e organizações de Assistência Social da área de abrangência do CRAS.

A PNAS contempla enquanto serviços de Proteção Social Básica de assistência social:

- Programa de Atenção Integral à Família (PAIF);
 - Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
 - Centros de Convivência para Idosos;
 - Serviços para crianças de 0 a 06 anos que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
 - Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
 - Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
 - Centro de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.
- Proteção Social Especial

¹⁵ O CRAS é o equipamento social público estatal de base territorial, responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, ou seja, é o meio pelo qual os usuários têm acesso à rede de proteção social básica do SUAS.

A Proteção Social Especial divide-se em serviços de média e alta complexidade, sendo os serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já os serviços de alta complexidade visam atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por decorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, situação de rua, entre outros. São aqueles serviços que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, com a necessidade de serem retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (BRASIL, 2005, p. 38).

Nos serviços de Proteção Social Básica está incluído o Centro de Educação Complementar conforme citado anteriormente. Após a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, houve um processo de mudança que ocasionou na passagem de CEBEM para CEC. Na próxima seção se buscará apresentar esse processo bem como o surgimento deste Centro no município de Florianópolis.

2 O CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR (CEC)

2.1 O SURGIMENTO DO CEC EM FLORIANÓPOLIS E A ARTICULAÇÃO COM AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES VOLTADAS À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

O Centro de Educação Complementar¹⁶ é um projeto desenvolvido pela Gerência de Ações Sócio-Pedagógicas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Esta gerência tem como objetivo proporcionar a conquista e ampliação da cidadania das futuras gerações, através do desenvolvimento de programas e projetos voltados ao atendimento de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, através de duas frentes: Programas de Prevenção e Programas de Proteção Social Básica. Tendo como foco uma política de assistência social que inclui a infância e a juventude como prioridades.

Para melhor situar o CEC, se fará um breve histórico da Política de Bem Estar do Menor, bem como da transição da nomenclatura de CEBEM para CEC, fato ocorrido após a década de 1990 com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Política de Bem Estar do Menor (PNBEM) que vigorava nos anos de 1979 era uma política assistencialista que visava à padronização das ações sobre o “menor” através de órgão executor que tinha por finalidade a prevenção da marginalização desse. A Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) juntamente com a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) em âmbito estadual, era o órgão responsável pela aplicação da PNBEM. O

¹⁶ As informações apresentadas neste item foram baseadas no Projeto de Educação Complementar da Prefeitura Municipal de Florianópolis elaborado em 1992, análise de documentos internos, bem como através de entrevista realizada com a profissional de Serviço Social do CEC Itacorubi e reformulada pela autora.

Serviço de Amparo ao Menor era de caráter correccional e repressivo. Assim, a implantação das FEBEMs, objetivava superar essa orientação. Porém, como não alcançou as metas estabelecidas, em 10 de outubro de 1979 surgiu o Novo Código de Menores, fundamentado na Doutrina da Situação Irregular¹⁷.

Em 1979, mesmo ano em que vigorava o Código de Menores, a Prefeitura Municipal de Florianópolis firmou convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), inaugurando o Centro de Bem Estar do Menor (CEBEM), no bairro da Costeira do Pirajubaé e, posteriormente, em Itacorubi, com a finalidade de atender as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como as suas famílias e a comunidade.

Os CEBEMs pautavam-se no Código de Menores de 1979 que vigorou até o ano de 1990, e na política de Bem Estar do Menor, “que preconizava a idéia da marginalidade social a partir de um conceito de carência física, financeira e psíquica que tornaria a criança pobre incapaz de enfrentar os desafios da sociedade moderna” (SOUZA, 2009, p. 31).

No entendimento de Silva (2004, p. 40) essa política:

era uma política considerada compensatória que objetivava impedir através da assistência, que o carente se transformasse em abandonado, assistir ao abandonado para que não se transformasse em infrator, reprimir os infratores, punir sua delinqüência e recuperá-los, integrando-os a vida social. Era um modelo correccional, paternalista e assistencialista.

Os CEBEMs foram implantados nas comunidades e bairros que apresentavam maiores necessidades, ou seja, locais que possuíam um maior número de famílias em situação de vulnerabilidade. Os centros deveriam dispor de infra-estrutura necessária para alcançar um bom funcionamento e tinham por finalidade prevenir situações causadoras de desorganização social, além de amparar os menores enquanto seus familiares estivessem trabalhando.

¹⁷A Doutrina da Situação Irregular considerava em situação irregular as crianças privadas das condições essenciais de sobrevivência, mesmo que eventuais; as vítimas de maus-tratos e de castigos imoderados; as que se encontrassem em perigo moral, entendidas como as que viviam em ambientes contrários aos bons costumes e as vítimas de exploração por parte de terceiros; as privadas de representação legal pela ausência dos pais; as que apresentassem desvio de conduta e as autoras de atos infracionais, conforme o art. 2º do referido Código (VERONESE; COSTA, 2006, p. 47)

Os CEBEMs atendiam crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 17 anos, com a finalidade de oportunizar a criança e ao adolescente o suprimento de suas necessidades básicas, como: saúde, educação, segurança afetiva, segurança social e recreação.

Foi então, como fruto de um processo histórico, permeado pela efervescência cultural e mobilização social da época, que foram aprovados a Constituição Federativa do Brasil, em 1988, e o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) Lei n 8.069, de 1990, marcos legais no que se refere à Doutrina de Proteção Integral e da Prioridade Absoluta à Criança e ao Adolescente.

Destaca-se que para que isso acontecesse, ocorreram várias discussões a respeito da temática da criança. No ano de 1948, foi aprovada a Declaração dos Direitos Humanos na qual reconhece em seu artigo 25, “direito a maternidade e a infância, aos cuidados e assistência especiais.” (CUSTÓDIO; VERONESE, 2009, p. 106). A partir disso, é reconhecida uma proteção social para as crianças independente de serem fruto do matrimônio ou não. Com estas mudanças houve a edição da Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959 trazendo em seu conteúdo o primeiro conjunto de valores da Doutrina da Proteção Integral, que é constituída por dez princípios fundamentais¹⁸ que abrangem todas as crianças.

Parafraseando Custódio e Veronese (2009) a Declaração Universal dos Direitos da Criança visa atingir melhores condições de vida para este segmento da sociedade, através do exercício de direitos, de liberdade e do reconhecimento da criança como pessoa em processo de desenvolvimento. Já em 1979, a discussão era em relação à elaboração de uma proposta de Convenção Internacional dos Direitos da Criança, sendo que a construção desse trabalho se estendeu durante toda a década de oitenta. E em 1987, foi adotada pela Assembléia Nacional Constituinte a Emenda Popular denominada Criança Prioridade Absoluta, sendo promulgada no ano de 1988 através do novo texto na Constituição da República Federativa do Brasil, incorporando a Doutrina da Proteção Integral.

¹⁸Os princípios são: o reconhecimento de direitos sem distinção ou discriminação; a proteção especial; a identidade e nacionalidade; a proteção à saúde, à maternidade, à alimentação, à habitação, à recreação e a assistência médica; o tratamento e os cuidados especiais à criança incapacitada; o desenvolvimento sadio e harmonioso com amor e compreensão com a proteção da família, da sociedade e das autoridades públicas; a educação; o melhor interesse da criança; a primazia de socorro e proteção; a proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração e, por fim, a proteção contra atos de discriminações raciais; religiosas ou de qualquer outra natureza.

A partir da CF/88, a Proteção Integral foi adotada como doutrina em seu artigo 227 e posteriormente regulamentada pelo ECA em 1989, e pressupõe atendimento a todas as necessidades das crianças e adolescentes para desenvolver plenamente sua personalidade, considerando seu estado de formação biopsicossocial. A proteção de crianças e adolescentes deve se sobrepôr a quaisquer outras medidas, como prioridade, a fim de que seus direitos sejam resguardados (GOMES, 2008).

A Prioridade Absoluta, também regulamentada através do ECA em seu artigo 4º, refere-se a condição de que a infância e a adolescência sejam admitidas como prioridade imediata e absoluta, o que a torna condição indispensável ao Princípio da Proteção Integral que têm como fundamento os princípios da liberdade, respeito e dignidade. Priorizar os Direitos Fundamentais das crianças e adolescentes é colocar suas necessidades em primeiro lugar no rol das políticas públicas (GOMES, 2008).

A efetivação dos direitos da criança e do adolescente deve ser uma prioridade para a família, para a sociedade e para o poder público, conforme o ECA e como prevê também a CF/88 em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à educação, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O papel da família se mostra com fundamental importância para o Estado, no sentido de concebê-la como grande responsável pelo cuidado às crianças, jovens e idosos, isentando-o de suas obrigações. A responsabilização da família por parte do Estado, relaciona-se com as políticas reducionistas baseadas na ótica neoliberal, de desresponsabilização do Estado pela provisão social. Sabe-se que, na realidade brasileira, os governos procuram se isentar do compromisso com a efetivação dos direitos sociais (PEREIRA, 2005 apud GOMES, 2008).

Com a promulgação do ECA, foi revogado o antigo Código de Menores, o que significou um rompimento com a Doutrina da Situação Irregular, conforme definido anteriormente (nota de rodapé nº13).

Apesar da elaboração das leis baseadas no paradigma da Proteção Integral e Prioridade Absoluta, a sociedade ainda resiste na compreensão desses princípios.

Concorda-se com Veronese e Costa (2006) que “é consenso geral o fato de que uma lei, por melhor que seja não muda por si mesma uma realidade social”. Manfrói (2008, p. 46) argumenta que “os exercícios dos direitos estabelecidos é que vai produzir as transformações desejadas”. Assim, destaca-se que para que os princípios do ECA se materializem, o Estado deverá cumprir seu papel institucional de efetivar as políticas sociais, assistenciais e todas as outras voltadas para este segmento da população.

Observa-se que, apesar desses avanços na legislação em relação à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, a realidade brasileira nos mostra, cotidianamente, os direitos básicos dessa população sendo violados. A crescente exclusão do mercado formal de trabalho incide diretamente na situação econômica das famílias e inviabilizam o provimento de condições mínimas necessárias à sua sobrevivência. Os sujeitos não têm, ou têm acesso dificultado ao trabalho, o que se repete em relação às políticas públicas que lhe assegurem os mínimos de cidadania, fato que resulta, muitas vezes, na negligência/abandono, maus tratos, subnutrição, bem como a várias doenças relacionadas à situação de habitação inadequada, dentre outras.

No entanto, conforme rege esse Estatuto em seu artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Dessa maneira, com a implementação do ECA, muitas políticas de atendimento foram redimensionadas. Em primeiro lugar, abandona-se a preconceituosa visão do “menor” como a criança pobre, abandonada ou em conflito com a lei para se admitir que o atendimento deva ser voltado a toda criança e adolescente, sem discriminações econômicas, sociais, étnicas dentre outras.

Nesse contexto, a proposta inicial dos CEBEMs passou por uma reformulação, transformando-se em CECs.

Em Florianópolis existiam 02 (dois) CEBEMs nesse período (Costeira do Pirajubaé e Itacorubi) e, com a revogação do Código de Menor houve necessidade de revisão da proposta de CEBEM que não condizia mais com a nova lei, pois ainda carregava a

terminologia “menor”. Além da modificação da nomenclatura propôs-se uma visão não mais socioassistencial, e sim uma perspectiva socioeducativa.

2.2 A DINÂMICA DE ATENDIMENTO DOS CECS EM FLORIANÓPOLIS

Os Centros de Educação Complementar¹⁹ surgem com caráter preventivo, de acordo com a realidade de cada comunidade e são dirigidos às crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 14 anos. Visa proporcionar educação complementar oferecendo atividades sócio-educativas no período extra-escolar, contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes de forma lúdica, buscando desenvolver suas potencialidades e capacidades, por meio de oficinas nas áreas de arte, cultura, esporte, recreação e meio ambiente. As atividades são planejadas²⁰ mensalmente em reunião de grupo, onde toda a equipe (QUADRO 1) avalia seu desempenho e suas atribuições em relação à proposta institucional. Os educadores são avaliados através do monitoramento das ações através de relatórios mensais e avaliações semestrais, realizadas pelo Departamento de Educação Fundamental (Secretaria Municipal de Educação) e pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude. O estagiário é avaliado pelo seu supervisor de campo e os demais funcionários, pela execução do planejamento e reuniões, quando necessárias. Todo esse processo é organizado e avaliado pela coordenação do projeto.

Nas reuniões mensais, é determinado um tema central. A partir desse tema, definem-se as atividades semanais, sendo que cada educador planeja as atividades relacionadas à sua área específica. Dessa forma, todos abordam a temática planejada, porém com atividades diferenciadas.

¹⁹As informações demonstradas neste item foram baseadas no Projeto de Educação Complementar da Prefeitura Municipal de Florianópolis elaborado em 1992, e endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Acesso em 24/04/2010 <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servpagina&menu=2&id=179>>

²⁰ Os dados apresentados neste item foram obtidos através de pesquisa documental (Projeto Político Pedagógico do CEC Itacorubi, elaborado pela equipe técnica em dezembro de 2009)

A proposta de atendimento²¹ dos CECs, visa oportunizar uma vivência plena que estimule a criança e o adolescente à expressão, à criatividade, à reflexão, à participação e integração grupal, com atenção as individualidades e ao desenvolvimento diferenciado, baseando as ações pedagógicas no contexto familiar e social em que estão inseridas. Para isso, os sujeitos envolvidos no processo de trabalho, devem participar construindo a proposta sócio-educativa a ser desenvolvida no projeto, a partir do conhecimento e integração na realidade na qual o projeto está inserido, fazendo-se necessário o conhecimento da comunidade, sua forma de organização, tipos de equipamentos coletivos, bem como de cada família e cada criança e adolescente nas suas particularidades.

2.2.1 O Centro de Educação Complementar do Itacorubi

Conforme citado anteriormente, o CEC é um projeto desenvolvido pela Gerência de Ações Sócio-Pedagógicas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude da Prefeitura Municipal de Florianópolis. O CEC Itacorubi está localizado na Rodovia Amaro Antônio Vieira, 2260 fundos, no bairro Itacorubi, em Florianópolis, e atende atualmente²² 98 (noventa e oito) participantes, totalizando 65 (sessenta e cinco) crianças na faixa etária de 06 a 11 anos, e 33 adolescentes com idade entre 12 e 14 anos, totalizando 63 famílias que são, na sua maioria, residentes no Morro do Quilombo, localidade pertencente ao mesmo bairro.

São crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social sendo, em muitos casos, vítimas da violência, como as investidas do tráfico, a violência intrafamiliar, a ineficiência do Estado como gestor de políticas educacionais, de saúde, moradia entre outras. Diante disso, é rotina do CEC Itacorubi fazer o reconhecimento da realidade da comunidade no início de cada ano letivo. Neste dia, todos os profissionais que estão no CEC (educadores, Assistente Social, estagiário, auxiliar de serviços gerais e cozinheiros) juntamente com as crianças e adolescentes, dos dois turnos (cada um em seu período), sobem

²¹As informações aqui prestadas são baseadas no Projeto de Educação Complementar da Prefeitura Municipal de Florianópolis elaborado em 1992 e através de informações complementares obtidas com a Assistente Social do Projeto.

o Morro do Quilombo com o intuito de conhecer a realidade e também para integração do grupo. Após essa integração, é realizado um trabalho referente à identidade de cada criança e/ou adolescente, juntamente com eles, através de conversas em roda, elaboração de árvore genealógica, auto-retrato dentre outros.

Em relação às famílias, o reconhecimento é feito quando estas procuram o projeto, são chamadas por algum motivo, ou ainda nas reuniões mensais de pais, momento oportuno em que o Assistente Social e os educadores se apropriam para identificar as vulnerabilidades quando essas apresentam. A partir deste contato com a comunidade, é elaborado o planejamento através de reunião pedagógica, conforme citado anteriormente. Durante a realização das atividades, se forem surgindo outras temáticas que não foram planejadas, porém, constatar-se a necessidade, pode-se alterar o planejamento e incluir a referida temática, sempre no sentido de melhor atender os usuários do projeto.

A maioria das crianças e adolescentes não tem espaço para realizar atividades esportivas ou algo mais simples como andar de bicicleta ou brincar no quintal. Conforme verificado em visita à comunidade, as casas (ou ranchos como algumas crianças chamam suas casas) são muito próximas umas nas outras. Como estratégia de sobrevivência, muitas famílias coabitam em locais proibidos, áreas de risco, morros, áreas de proteção, dentre outros. Como afirma Yazbek, “no geral ocupadas de modo caótico e confuso e com graves problemas de saneamento, transporte e serviços de saúde e educação, as periferias expressam um processo sócio-econômico e político em que se reiteram a exclusão e a subalternidade” (1996, p. 114).

Na comunidade onde o CEC está inserido, a situação de moradia não difere dos aspectos trazidos por Yazbek (1996). No Morro do Quilombo inexistem equipamentos coletivos (Unidade Local de Saúde, Praça, Escola, Creche dentre outros). A falta desses equipamentos no Morro do Quilombo leva a comunidade a utilizar os equipamentos existentes no bairro mais próximo, no caso, Itacorubi. A Unidade Local de Saúde deste bairro está fechada para reforma desde o ano de 2009, sendo que a comunidade se desloca até outro bairro para ser atendida, porém, por ser longe, necessitam de transporte coletivo e nem sempre tem condições financeiras para arcar com a passagem, principalmente quando várias pessoas na família necessitam de atendimento.

²² Informações obtidas através de pesquisa documental (fichas de inscrições das crianças e adolescentes participantes do CEC)

As famílias sofrem pelo desemprego estrutural que enfrenta nossa sociedade, pelo tráfico de drogas, violência, alcoolismo entre outros. A violência que os atinge cotidianamente não se reduz as dificuldades para sobreviver: violência de “mil faces”: do governo, do patrão, da polícia, dos bandidos, dos vizinhos [...] (SAWAIA, 1990, apud YAZBEK, 1996).

Concordando com Veronese e Costa (2006, p. 89) afirma-se que “num sistema capitalista excludente em que vivemos, muitas são as hipóteses em que a família é mais vítima do que violentadora e se ela age como tal é porque reproduz a violência que sofre”. As autoras ressaltam ainda que, da infância à adolescência, a família é a principal responsável pela criação e proteção de seus membros, devendo o Estado oferecer suporte para que esta possa exercer, de forma adequada, o seu papel.

Partindo do contexto onde o CEC Itacorubi está inserido, apresenta-se como objetivos²³ do projeto:

Objetivos gerais:

- Instrumentalizar crianças e adolescentes, a uma vivência plena de cidadania, possibilitando assim uma leitura e intervenção na realidade social;
- Oportunizar um espaço de convivência sócio-educativa para crianças e adolescentes dentro da própria comunidade, evitando a exposição destas às situações de risco.

Objetivos específicos:

- Construir um processo sócio-pedagógico entre educadores e educandos, estabelecendo relações democráticas;
- Prestar atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes do Centro de Educação Complementar, bem como às suas famílias;
- Promover a integração e a articulação do CEC com as escolas e outras instituições que atendem a comunidade;

²³ Os dados apresentados neste item foram obtidos através do Projeto de Educação Complementar da Prefeitura Municipal de Florianópolis elaborado em 1992.

- Enfatizar o desenvolvimento das crianças em todos os seus aspectos: cognitivos, afetivo e social;
- Criar espaços de reflexão sistemáticos para os educadores aprofundarem a consciência do seu papel social;
- Propor mecanismos que facilitem integração entre o Centro de Educação Complementar e as famílias dos educandos;
- Proporcionar às famílias uma reflexão sobre temas educativos abrangentes;
- Oferecer alimentação dentro dos padrões básicos de equilíbrio nutricional;
- Possibilitar a prevenção quanto às questões básicas de saúde;
- Acompanhar as famílias em situações de crise na comunidade.

O Centro de Educação Complementar Itacorubi funciona em sede própria, não tem espaço físico e nem estrutura para a prática de atividades físicas e recreação, como quadras, parquinho, entre outros. Assim, os educadores de recreação/lazer se deslocam diariamente até a pracinha (Praça de Itacorubi) com as crianças e adolescentes, em meio ao movimento intenso de veículos que circulam nesta rodovia, para propiciar aos mesmos este momento de recreação, além da utilização da quadra para a prática esportiva.

O CEC Itacorubi tem sua estrutura interna dividida da seguinte maneira:

- População Usuária: Crianças e Adolescentes na faixa etária de 06 a 14 anos, divididos em turmas de acordo com a idade. No período matutino são atendidas 03 (três) turmas, totalizando 46 (quarenta e seis) crianças e adolescentes. O mesmo número de turmas é atendido no período vespertino, com 52 (cinquenta e duas) crianças e adolescentes; Os usuários do projeto são inscritos por iniciativa das famílias e encaminhamento das escolas formais do bairro. Por ser um projeto socioeducativo de prevenção, o CEC torna-se uma medida protetiva em caso de violação e/ou ameaça de violação de direitos. Assim, outros programas e serviços da rede de atendimento a criança e adolescente (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, Programa de Liberdade Assistida-LA e Conselho Tutelar) também encaminham crianças e adolescentes para o Centro de Educação Complementar. O CEC tem como meta atender 150 (cento e cinquenta) crianças e

adolescentes, e atualmente não existe lista de espera, pelo contrário, existe grande rotatividade dos mesmos no projeto;

- **Horário de Atendimento:** Período matutino das 08h30min às 11h30min; Período Vespertino das 13h30min às 16h30min, sendo que o expediente interno é das 08h às 17h.

- **Critérios para Admissão:** Crianças e adolescentes na faixa etária de 06 a 14 anos, matriculados no ensino formal do 1º ao 9º ano do ensino fundamental (termo atualmente utilizado).

- **Atividades Oferecidas:** Oficinas de apoio aos deveres (tarefas escolares), Oficina de dança, esportiva/lazer, Música, e atendimento às famílias e à comunidade.

- São oferecidas três refeições por período, monitoradas por nutricionista;

- **Recursos humanos:** A equipe é formada (ANEXO A) por 16 profissionais das seguintes áreas:

Quadro 1 - Recursos Humanos CEC Itacorubi

QUANTIDADE	ATIVIDADE/CARGO	VÍNCULO DE TRABALHO
01	Coordenador/Assistente Social	Efetivo
01	Professor* de Dança	Contrato Temporário (ACT)
02	Professor de Esporte/Lazer	Efetivo e Contrato Temporário (ACT)
02	Professor de Apoio aos Deveres (tarefas escolares)	Contrato Temporário (ACT)
01	Estagiário de Serviço Social	Contrato UFSC/PMF
01	Professor de Artes	Efetivo (afastado por motivo de saúde)
01	Professor de Música	Contrato temporário (ACT)
02	Cozinheiros	Terceirizado
02	Auxiliar de Serviços Gerais	Terceirizado
01	Agente de Serviços Gerais	Efetivo (Em readaptação de função)

02	Vigilante	Efetivo e Contrato AFLOV
----	-----------	--------------------------

Fonte: Elaboração Própria - Dados obtidos através de pesquisa documental (fichas dos funcionários) e informações complementares com a coordenação do projeto no dia 15/04/2010

*No quadro será utilizada a terminologia Professor pelo fato de serem lotados pela Secretaria Municipal de Educação como professores, porém, por estarem atuando em um projeto, são denominados Educadores e assim serão citados no texto.

As oficinas de apoio aos deveres são ministradas por educadores formados em pedagogia (séries iniciais), assim como os de dança, música e educação física por educadores formados nas áreas específicas. A quantidade de profissionais que formam a equipe de trabalho do Centro de Educação Complementar atende as expectativas do projeto, porém, não corresponde à proposta inicial dos CECs de 1992 (QUADRO 2) que seria a ideal para um atendimento mais qualificado. Dos 09 CECs existentes atualmente em Florianópolis (APÊNDICE B), apenas 03 (três) contam com o profissional de serviço social e um deles com um profissional da Psicologia. Quando existe a necessidade de encaminhamento para esse profissional, é realizado através do CRAS ou da Unidade Local de Saúde do Bairro em que a criança ou adolescente reside. No caso do CEC Itacorubi, a Unidade Local de Saúde está sem atendimento por motivo de reforma, sendo a mais próxima a Unidade do Córrego Grande, que se encontra também sem esse profissional.

O Projeto Inicial do CEC aponta como recursos humanos para o funcionamento de cada projeto os seguintes profissionais:

Quadro 2 - Recursos Humanos idealizados para os CECs na proposta inicial de 1992

QUANTIDADE	ATIVIDADE/CARGO
01	Coordenador com formação na área social e/ou de educação
01	Assistente Social
01	Alfabetizador
01	Técnico em Esporte/Lazer
01	Arte-educador
01	Psicólogo

04	Educadores Sociais I
01	Auxiliar Administrativo
02	Merendeiras
03	Auxiliares de Serviços Gerais
01	Assistente Social para supervisão geral
01	Pedagogo para supervisão geral

Fonte: Elaboração própria - Dados obtidos através de pesquisa documental (Projeto dos CECs de 1992)

Cabe destacar que em 1992, ano de elaboração dessa proposta, havia apenas 03 (três) CECs e, apesar do quadro de recursos humanos idealizado pela proposta para o funcionamento de cada CEC ser o indicado no quadro 02 (dois), esses CECs não contavam com Assistente Social, Alfabetizador, Auxiliar Administrativo e nem Pedagogo. Nas áreas da Psicologia, Arte-educador e Técnico em Esporte/Lazer, existia apenas um profissional de cada área para atender os 03 (três) CECs.

O Assistente Social do CEC Itacorubi é também coordenador do projeto, cabendo a este profissional a resolução de todas as atividades administrativas.

Em relação a essa atribuição, podem-se destacar as seguintes atividades:

- a) Organização e coordenação de reuniões com a equipe técnica (planejamento) e com os pais das crianças e adolescentes atendidos;
- b) Avaliação do trabalho desenvolvido;
- c) Organização e supervisão do trabalho dos funcionários;
- d) Controle dos recursos e bens destinados ao projeto;
- e) Busca de recursos materiais e financeiros para garantir o devido atendimento aos usuários do projeto;
- f) Promoção, sistematização e encaminhamento de documentos;
- g) Divulgação do período de matrículas e rematrículas, bem como a efetivação dessas;
- h) Participação em reuniões de coordenadores.

A instituição não conta com um profissional para cuidar apenas dessas funções, interferindo assim, na realização das atividades do serviço social.

2.2.2 O Serviço Social no CEC do Itacorubi

O projeto inicial dos CECs (1992) justifica a necessidade do profissional de Serviço Social devido esses programas possuírem cunho assistencial e educativo.

É predominante a existência de Assistentes Sociais, por sua capacidade de atenção em meio a área pedagógica e principalmente na área social [...] ele está preparado para compreender e intervir junto a clientela carente e seus problemas apresentados (CEC, 1992, p.13).

Defende-se a presença do Assistente Social em programas socioeducativos, porém, a atenção deste não deve estar voltada apenas para a superação das dificuldades escolares, mas também à superação de problemas de ordem socioeconômicas, familiares dentre outros fatores. Fatores estes que, atingem de forma significativa o desempenho escolar da criança e do adolescente. Assim, a presença deste profissional nestas instituições, na afirmação de Gerardi (2000, p. 16) estará “[...] indiretamente se voltando para a escolarização, e se colocando como parceiro do professor, pois, com certeza, a criança terá mais interesse pelas atividades propostas por este professor em sala de aula, se forem atendidas nas situações traumáticas”.

Apesar de o projeto apontar para a necessidade da existência desse profissional em todos os CECs, apenas 03 (três), dos 09 (nove) Centros de Educação Complementar existentes, contam com Assistente Social em sua equipe técnica conforme citado anteriormente.

Inserido no contexto institucional do CEC Itacorubi desde 1992²⁴, o serviço social procura trabalhar na construção de uma sociedade mais humana, justa e igualitária, onde os usuários tenham efetivamente seus direitos assegurados e mantidos pelo governo municipal de Florianópolis. O principal objetivo do serviço social dentro da instituição é mediar e intervir junto às famílias das crianças e adolescentes atendidos no projeto, promovendo a orientação

com o objetivo do fortalecimento das relações familiares, na busca por uma vivência cidadã. Esse trabalho é desenvolvido a partir do processo de atenção às famílias e das demandas específicas que vão surgindo.

Cabe ressaltar que essas demandas são diversificadas, e os Centros tem caráter diferenciado, de acordo com cada realidade comunitária, principalmente, no que diz respeito à população usuária.

Parafraseando Silva (2004), é através do conhecimento teórico/metodológico e ético/político que o serviço social intervém, possibilitando o desenvolvimento de um conjunto de ações, propostas e recursos disponíveis na instituição para efetuar a assistência necessária.

A atenção do serviço social está voltada para a superação das dificuldades escolares e dos problemas de ordem socioeconômica e familiar. O Assistente Social utiliza meios estratégicos que garantam a realização de um projeto educacional, através da articulação com técnico da área da educação, com os educandos e com suas famílias.

Considerando sua prática, competem ao Assistente social as seguintes atribuições:

- a) Prestação de atendimento às famílias usuárias do CEC: Esse atendimento é realizado quando a própria família procura o projeto em busca de alguma orientação ou informação. O atendimento é realizado na sede do CEC.
- b) Mediação entre as famílias atendidas no CEC e outras entidades sociais: O profissional procura orientar seus usuários, informando a respeito de seus Direitos, bem como em relação às políticas e instituições disponíveis na rede de atendimento, procurando viabilizar alternativas de inclusão e participação nestas instituições.
- c) Encaminhamentos: Os encaminhamentos são realizados a partir das demandas identificadas. Geralmente são para programas, projetos ou prestadoras de serviços como, por exemplo, Conselho Tutelar, atendimento psicológico, assistência social pública, entre outros.
- d) Reuniões com a rede formal de ensino: Esses encontros têm como objetivo a troca de informações sobre a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes, o rendimento escolar dos mesmos, bem como o controle da frequência escolar, a fim de potencializar o atendimento a esta demanda.

²⁴ Os dados apresentados neste item foram obtidos através de pesquisa documental (Projeto Político Pedagógico do CEC Itacorubi, elaborado pela equipe técnica em dezembro de 2009)

Além de atender as crianças e adolescentes inscritos no projeto, o Assistente Social orienta também as famílias e a comunidade, quando solicitado.

Os instrumentos e técnicas utilizados na ação profissional nos remetem à dimensão técnico-operativa da profissão. De acordo com a ABESS/CEDEPSS:

Às estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamento da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente às questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABESS/CEDEPSS,1996).

No Serviço Social do CEC Itacorubi, os instrumentais²⁵ mais utilizados pelo Assistente Social são: Entrevista, observação, reunião (com os usuários, suas famílias, equipe de trabalho, dentre outros), visita institucional, documentação, elaboração de relatórios, dentre outros.

A atuação do profissional de Serviço Social no CEC Itacorubi é muito ampla e dinâmica, as demandas dos usuários constituem um complexo quadro no qual são identificadas inúmeras expressões da questão social²⁶. Desta forma, o Assistente Social almeja em sua prática, proporcionar melhorias nas condições de vida desses sujeitos, principalmente utilizando-se de processos de educação para que ocorram transformações societárias que se

²⁵ De acordo com Miotto (2001) “A entrevista visa conhecer de forma abrangente e profunda a situação” e citando Nascimento,(apud Cardoso, 2008), “Na entrevista é possível extrair informações, avaliar o fato por todos os ângulos” (p.39). Em relação à observação, Trivinos (1987 apud Cardoso, 2008, p.26) afirma que “observar não é simplesmente olhar, observar é destacar um conjunto, objetos, pessoas, animais, ambientes, algo especificamente [...] e prestar atenção nas características, a gente vai olhar cor, tamanho, relações, cheiros”. Na visão de Silveira Neto (1987) a reunião é um dos meios no qual o trabalho gerencial é realizado. “são necessárias, desde que se julgue conveniente juntar pessoas que representam parte de um interesse maior, mas que não o dominam por inteiro. O produto da interação destas partes poderá gerar resultados que não seriam alcançados individualmente” (1987, p. 8). Cardoso (2008) considera que a visita institucional ocorre quando nos deslocamos para outro espaço com o objetivo de acompanhar os usuários ou realizar intervenções em parceria com outras instituições. Miotto (2001, p. 148) define a documentação como “o instrumento que permite o registro da ação profissional, para análise”. Constituem-se relatórios descritivos das entrevistas, da visita domiciliar, diário de observação. Segundo Cardoso (2008, p. 78) “o relatório social é um instrumento que reflete a qualidade da aplicação dos outros instrumentais” e ainda “o relatório social serve para registrarmos o que observamos e o que coletamos de informações durante a conversa profissional com o usuário e outras pessoas que entramos em contato”(p. 80).

²⁶ Yamamoto (2007, p. 27) define questão social como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-

traduzam no alcance da cidadania, principalmente de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade.

Na próxima e última seção será apresentada a pesquisa realizada, iniciando com os procedimentos metodológicos utilizados na concretização da pesquisa e, posteriormente, se apresentará a análise dos dados, que coincidem com as questões abordadas até o momento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

Minayo (1994, p. 16), entende por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, ou seja, é cada passo que vamos seguir e as formas de atuação dentro de uma pesquisa.

Desta forma, a pesquisa proposta neste trabalho caracteriza-se como exploratória, pelo fato de que esta tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2010, p.27).

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se do método qualitativo, uma vez que, na afirmação de Minayo (1997, p.21, 22) esta “[...] trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”. Esta autora salienta ainda que o método qualitativo “responde a questões muito particulares [...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p. 21).

A interpretação da realidade na qual está inserido o objeto em estudo será apoiada no método dialético, pois este, no entender de Gil: “[...] fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc” (GIL, 2008, p. 14).

Sendo assim, delineou-se como objetivo geral da pesquisa: Compreender a situação social apresentada pelas famílias atendidas pelo CEC Itacorubi, a partir de suas principais vulnerabilidades.

Os objetivos específicos consistem em:

- a) Identificar as famílias com maior número de atendimentos no período de março de 2009 a março de 2010;
- b) Destacar as principais demandas apresentadas;
- c) Traçar o perfil das famílias;
- d) Elencar os principais fatores que desencadearam a procura pelo atendimento e o acompanhamento do Serviço Social;
- e) Analisar as situações de vulnerabilidade.

A partir dos objetivos definidos, a presente pesquisa exploratória assumiu a forma de pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica é considerada aquela em que o pesquisador se dedica ao estudo de obras relativas ao tema escolhido. Na visão de Flores (2002, p. 04), “a pesquisa bibliográfica implica a observação indireta do tema, pelo pesquisador, através do material que ele elegeu como suficiente para o alcance dos objetivos que se propõe alcançar”. Desta forma, foram consultadas produções teóricas, além de conteúdos em endereços eletrônicos relacionados à temática desenvolvida no trabalho. Os principais autores referenciados foram: Azevedo & Guerra (1988, 1989, 1993, 1995, 2003), Miotto (1997, 2001, 2006), Pereira (1995, 2000, 2006), Veronese & Costa (2006) e Yazbek (1996).

A pesquisa documental, por sua vez, na compreensão de GIL (2010, p. 30) “apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica [...] a principal diferença está na natureza das fontes [...]. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico”. Enquanto a pesquisa bibliográfica, “é elaborada com

base em material já publicado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2010, p. 29).

Considerando a importância da pesquisa documental, Marsília defende que:

A análise de documentos é dirigida a textos escritos que podem servir como fonte de informação para a pesquisa: planos, programas, leis, decretos, artigos, atas, relatórios, ofícios, documentos, panfletos, etc. Em geral esses documentos são encontrados em arquivos públicos nacionais dos estados, municípios, mas também nos arquivos de empresas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos ou de particulares (MARSÍGLIA, 2001, p. 27)

Desta forma, para realização da pesquisa documental, optou-se por utilizar as fichas de atendimentos (ANEXO B) realizadas pela instituição, as fichas de inscrições (ANEXO C) elaboradas pelo Assistente Social do CEC Itacorubi, o Projeto de Educação Complementar (1992) e Projeto Político Pedagógico (2009), além da consulta a Leis, informativos e documentos complementares (fichas de funcionários, informações complementares obtidas através do Assistente Social do CEC Itacorubi). No tocante as informações referentes à instituição, houve dificuldades em coletar dados históricos pela falta de registros. Buscou-se contato, através de entrevistas com profissionais envolvidos no processo de criação dos CECs, no entanto, pela falta de referência a outros documentos e de informações mais consistentes, optou-se por utilizar apenas dados que constam nos únicos documentos da instituição referentes a esse processo, que são o Projeto de Educação Complementar de 1992 e Projeto Político Pedagógico elaborado em dezembro de 2009 pela equipe técnica, baseado no Projeto de Educação Complementar.

Vale salientar que os atendimentos são diversificados (de acordo com a realidade e característica de cada família), no entanto, as informações contidas nas fichas de atendimentos são sucintas, muitas vezes, não contendo a razão principal que desencadeou o atendimento pelo Serviço Social. Outro fator a ser considerado, é que devido a grande rotatividade de crianças e adolescentes, muitos atendimentos não foram considerados pelo fato de os mesmos terem se desligado do projeto.

3.1.2 Delimitação da pesquisa

O interesse pela temática do presente estudo teve origem no desenvolvimento do estágio, quando iniciou-se o processo de reflexão sobre o universo a ser pesquisado. Assim, diante do universo de 63 (sessenta e três) famílias atendidas no Centro de Educação Complementar do Itacorubi, iniciou-se a pesquisa a partir das seguintes fases:

- Procedeu-se a leitura de todas as fichas de atendimentos realizados com as famílias no período de março de 2009 a março de 2010;
- Identificou-se as famílias com maior número de atendimentos que continuam em acompanhamento no projeto;
- Relacionou-se os principais fatores mencionados para os acompanhamentos;
- Identificou-se os motivos que desencadearam esses fatores;
- Selecionou-se uma amostra de 07 (sete) famílias, conforme será apresentada a seguir, abrangendo um total de 11 (crianças) e 06 (seis) adolescentes;
- Agrupou-se as famílias, após selecionar a amostra, pelas situações de maior incidência, identificadas na pesquisa documental, a saber: Mudança de comportamento²⁷ das crianças e/ou adolescentes; faltas no projeto e faltas nas reuniões de pais.

A coleta de dados, como citado anteriormente, se deu através da ficha de atendimento das famílias e, posteriormente, através da ficha de matrícula, objetivando levantar o perfil dessas para posterior análise dos dados.

Importante destacar que, para preservar a identificação das famílias, serão utilizados sobrenomes fictícios. Os dados obtidos na pesquisa e as análises serão visualizados no subitem a seguir.

²⁷ A mudança de comportamento das crianças e adolescentes no CEC é no sentido de se apresentarem mais agressivos, ocasionando brigas, xingamentos e desrespeito com os colegas e profissionais. (Fonte: fichas de atendimentos)

3.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Nesta etapa, serão demonstrados os dados obtidos através desta pesquisa, onde serão apresentadas e analisadas as principais vulnerabilidades das famílias do CEC e a identificação dessas famílias.

Para a realização dessa pesquisa, foram selecionadas 07 (sete) famílias, conforme citado anteriormente no item 3.1, e os principais fatores que desencadearam a procura pelo atendimento e acompanhamento do Serviço Social do CEC, a saber:

- Mudança de comportamento da criança e/ou adolescente;
- Faltas das crianças e/ou adolescentes no projeto;
- Faltas nas reuniões de pais.

Diante do exposto, destaca-se que:

- 04 (quatro) famílias foram atendidas por motivo de mudança de comportamento;
- 02 (duas) por motivo de faltas no projeto e,
- 01 (uma) por faltas nas reuniões de pais.

Os dados apresentados no Quadro 3, referem-se às famílias atendidas por mudança de comportamento da criança e/ou adolescente, juntamente com a identificação destas famílias e o provável motivo para tal mudança. Primeiramente, será apresentada cada uma das 07 (sete) famílias selecionadas para esta pesquisa e, posteriormente, será realizada a análise e interpretação dos dados.

FAMÍLIAS ATENDIDAS POR MOTIVO DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DA CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE

Quadro 3 - Identificação da criança e/ou adolescente – mudança de comportamento

Família	Idade	Naturalidade	Distorção escolar²⁸	Provável motivo para a mudança de comportamento
Rocha	13	Florianópolis	Não	Abuso sexual do padrasto contra a enteada de 12 anos
	12	Florianópolis	Não	
	10	Florianópolis	Sim	
	07	Florianópolis	Sim	
Abreu	13	São José	Não	Violência intrafamiliar* e uso abusivo de álcool pelo genitor
	11	Florianópolis	Não	
	10	Florianópolis	Não	
Silva	09	Florianópolis	Não	Não consta
Lima	13	Florianópolis	Sim	Não consta
	12	Florianópolis	Sim	

Fonte: Elaboração própria

* Na ficha de atendimento não constava o tipo de violência, apenas relatava que na entrevista realizada com a mãe houve constatação de violência intrafamiliar.

Quadro 4 - Identificação da família– mudança de comportamento

Família	Faixa etária dos pais	Escolaridade dos pais	Profissão dos pais	Renda familiar	Recebe algum benefício
Rocha	Mãe-34	1ª série-primário (2º ano do ensino fundamental)	Diarista	Até 01(um) salário mínimo	Não

²⁸ Distorção entre a idade e a série escolar em que a criança ou adolescente se encontra.

Abreu	Mãe-34 Pai-37	Mãe- 8ª série- ginásio (9º ano ensino fundamental) Pai -2ª série- primário (3º ano ensino fundamental)	Mãe- Serviços Gerais Pai- Pintor autônomo	Até (02) dois salários	Bolsa família
Silva	Mãe-25 Pai-25	Mãe-1ª série – segundo grau (1º ano ensino médio) Pai-8ª série- ginásio (9º ano ensino fundamental)	Mãe- Banho e tosa (Pet Shop) Pai-Carpinteiro	Até (02) dois salários	Não
Lima	Mãe-44 Pai-60	Mãe-4ª série primário (5º ano ensino fundamental) Pai- 3ª série Primário (4º ano ensino fundamental)	Mãe- do lar Pai- Pintor (autônomo)	Até (01) um salário mínimo	Não

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 - Condições habitacionais – mudança de comportamento

Família	Condição de moradia	Tipo de construção	Número de cômodos	Pessoas que residem	Abastecimento de água	Abastecimento de energia elétrica
Rocha	própria	madeira	04	05	cachoeira	rabicho
Abreu	própria	madeira	04	06*	cachoeira	rabicho
Silva	própria	mista	05	04*	cachoeira	rabicho
Lima	própria	madeira	05	05*	cachoeira	rabicho

Fonte: Elaboração própria.

*Abreu- Pai, mãe, 2 crianças e 1 adolescente inscritos no CEC, mais 1 criança.

*Silva- Pai, mãe, 1 criança inscrita no CEC mais 1 criança.

*Lima- Pai, mãe, 2 adolescentes inscritos no projeto, mais um jovem.

Com relação aos dados apresentados, observa-se que dentre os membros da família Rocha, 04 (quatro) deles freqüenta o CEC, sendo 02 (duas) crianças e 02 (dois) adolescentes. Evidencia-se que, as duas 02 (duas) crianças apresentam distorção escolar, e a mudança de comportamento destes, pode estar relacionada com o abuso sexual do padrasto contra a enteada de 12 anos.

Constitui-se uma família denominada monoparental com chefia feminina, sendo que a mãe tem 34 anos de idade. Em relação ao grau de instrução, a mesma cursou a 1ª série do primário, e trabalha como diarista tendo uma renda familiar de 01 salário mínimo e não recebe algum tipo de benefício. Sobre as condições de moradia da família Rocha, a mesma reside em casa própria, sendo que a construção é de madeira apresentando cinco cômodos, e nesta reside cinco pessoas. A origem da água consumida por esta família é direto da cachoeira e a energia elétrica é adquirida através de rabicho.

Já a família Abreu possui (03) três de seus membros freqüentando o CEC, sendo (01) (um) adolescente e 02 (duas) crianças. Destes, nenhum apresentou distorção escolar, e o motivo aparente para a mudança de comportamento está relacionado com violência intrafamiliar e uso abusivo de álcool por parte do genitor.

A família é caracterizada como nuclear, sendo a idades dos pais 34 e 37 anos de idade. Com relação à escolarização, observa-se que a mãe concluiu o ensino fundamental, enquanto o pai freqüentou até a 2ª série do primário. Ambos os pais trabalham, ele como pintor (autônomo) e a mãe presta serviços gerais. A família tem a renda familiar de até dois salários mínimos incluindo o benefício do Programa Bolsa família. Conforme os dados, a família reside em casa própria de madeira com 04 cômodos e possuindo 06 moradores. O abastecimento de água é através da cachoeira e a fonte de energia elétrica é adquirida através de rabicho.

Citando agora a família Silva, vale lembrar que somente (01) uma criança participa do projeto. Esta não possui distorção escolar. Neste caso, não foi possível identificar na ficha de atendimento o provável motivo que ocasionou a mudança de comportamento desta. Também é caracterizada como família nuclear e a idade dos pais é de 25 anos. Quanto ao grau de instrução, destaca-se que ambos os pais concluíram o ensino fundamental. A mãe trabalha

em uma loja de Pet Shop e o pai é carpinteiro, e tem uma renda familiar de até dois salários mínimos sem receber algum tipo de benefício.

Sobre a situação habitacional, a família Silva reside em casa própria, sendo que a construção é mista (madeira e alvenaria) apresentando 05 (cinco) cômodos e tendo como membros da família 04 (quatro) pessoas. A distribuição de água é através da cachoeira e a energia elétrica é adquirida pela utilização de rabicho.

Outra família atendida por mudança de comportamento dos adolescentes é a família Lima. Esta família possui 02 (dois) adolescentes inscritos no CEC, sendo que ambos apresentam distorção escolar. No entanto, o motivo que ocasionou a mudança não foi identificado na ficha de atendimento dessa família.

Também é caracterizada como família nuclear e a idade pais é de 44 e 60 anos de idade. Com relação à escolarização, destaca-se que ambos não concluíram o ensino fundamental, sendo que a mãe é do lar e o pai trabalha como pintor (autônomo) com uma renda familiar de até 01 salário mínimo, sem o recebimento de algum tipo de benefício. A situação habitacional dessa família não difere das citadas anteriormente, sendo que residem em casa própria construída em madeira, apresenta 05 (cinco) cômodos e contam com 05 (cinco) pessoas residindo nesta moradia. A água é adquirida através da cachoeira e a energia elétrica através de rabicho.

Estes foram os dados referentes às famílias atendidas por motivos de mudança de comportamento das crianças e adolescentes no CEC, posteriormente, serão apresentadas, as características das famílias atendidas por motivo de faltas no projeto.

FAMÍLIAS ATENDIDAS POR MOTIVO DE FALTAS NO PROJETO

Quadro 6 - Identificação da criança ou adolescente – faltas no projeto

Família	Idade	Naturalidade	Distorção escolar	Provável motivo das faltas
Lopes	09	Florianópolis	Não	Uso abusivo de álcool pelo padrasto e violência intrafamiliar
	08	Florianópolis	Não	
	06	Florianópolis	Não	

Santos	14	Florianópolis	Não	Trabalho infantil - Participantes do PETI
	11	Florianópolis	Sim	
	09	Florianópolis	Sim	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 7 - Identificação da família – faltas no projeto

Família	Faixa etária dos pais	Escolaridade dos pais	Profissão dos pais	Renda familiar	Recebe algum benefício
Lopes	Mãe 30	4ª série primário (5º ano ensino fundamental)	Diarista	Até 01 (um) salário mínimo	Não
Santos	Mãe - 48 Pai - 41	Mãe-analfabeta Pai - 4ª série primário (5º ano ensino fundamental)	Mãe-Diarista Pai-Pintor autônomo	Até 02 (dois) salários	Bolsa família e PETI

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 8 - Condições habitacionais – faltas no projeto

Família	Condição de moradia	Tipo de construção	Número de cômodos	Pessoas que residem	Abastecimento de água	Abastecimento de energia elétrica
Lopes	alugada	mista	05	04	Rede pública	rabicho
Santos	própria	mista	05	07*	cachoeira	rabicho

Fonte: Elaboração própria.

* Santos- Pai, mãe, 2 crianças e 1 adolescente inscritos no CEC, mais 1 adolescente e 1 jovem.

A família Lopes possui 03 crianças inscritas no projeto, sendo que nenhuma delas apresenta distorção escolar. O motivo aparente que vem ocasionando as faltas é o uso abusivo de álcool por parte do padrasto e violência intrafamiliar.

Esta família é denominada como monoparental, com chefia feminina, sendo que a mãe tem 30 anos de idade. A mesma não concluiu o ensino fundamental e trabalha como Diarista, tendo como renda familiar até 01 salário mínimo, não recebendo nenhum tipo de benefício.

A família reside em casa alugada, com construção mista, composta por 05 cômodos. A família tem 04 membros, consomem água da rede pública e energia elétrica através de rabicho.

Já a família Santos tem 03 (três) de seus membros inscritos no CEC, sendo um adolescente e duas crianças. Evidenciou-se que as duas crianças possuem distorção escolar e o motivo aparente que vem ocasionando as faltas no projeto relaciona-se com o trabalho infantil.

Esta família é denominada nuclear, e a idade dos pais são de 41 e 48 anos de idade. Quanto ao grau de instrução, a mãe é analfabeta e o pai não concluiu o ensino fundamental. Ambos trabalham, ela de diarista e ele como pintor autônomo, contando com uma renda familiar de até dois salários mínimos, além do benefício do Programa Bolsa Família e PETI. Em relação às condições de moradia, a casa da família é própria, com construção mista apresentando 05 (cinco) Cômodos. A família tem 07(sete) membros, consomem água da cachoeira e energia elétrica através de rabicho.

Após apresentar a caracterização das famílias atendidas por motivo de faltas no projeto, será apresentada a família atendida por motivo de faltas em reuniões de pais.

FAMÍLIA ATENDIDA POR MOTIVO DE FALTAS EM REUNIÕES DE PAIS

Quadro 9 - Identificação da criança ou adolescente – faltas em reuniões de pais

Família	Idade	Naturalidade	Distorção escolar	Provável motivo das faltas
Sousa	11	Florianópolis	Não	Doença do genitor

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 10 - Identificação da família – faltas em reuniões de pais

Família	Faixa	Escolaridade dos pais	Profissão dos pais	Renda	Recebe		
Família	Condição de moradia	Tipo de construção	Número de cômodos	Pessoas que residem	Abastecimento de água	Abastecimento de energia elétrica	ou outro benefício
Sousa	Mãe-32	Mãe-4ª série primário	04	Mãe-Diarista	Até 01 (um) salário mínimo	Bolsa família	
Sousa	Pai-34	Mãe-4ª série primário (5º ano ensino fundamental) Pai – 3ª série primário (4º ano ensino fundamental)		Pai-(desempregado)	cachoeira	rabicho	

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 11 - Condições habitacionais – faltas em reuniões de pais

Fonte: Elaboração própria.

* Sousa- Pai, mãe, 1 criança inscrita no CEC, mais 1 adolescente e 2 crianças.

Conforme apresentado, a família Sousa possui apenas uma criança inscrita no projeto. Esta não apresenta distorção escolar, sendo que o motivo que ocasionou as faltas em reuniões de pais é a doença do genitor.

A família Sousa é denominada como nuclear, e a idade dos pais são de 32 e 34 anos de idade. Em relação ao grau de instrução dos pais, ambos e não concluíram o ensino fundamental. A mãe trabalha como diarista e o pai está desempregado por motivo de doença.

A renda familiar é de até 01 salário mínimo, além do benefício do Programa Bolsa família. A residência da família é própria, com construção mista de 04 (quatro) cômodos, residindo nesta 06 (seis) pessoas.

A família consome água diretamente da cachoeira e a energia elétrica é adquirida através de rabicho.

Após a caracterização das famílias selecionadas para esta pesquisa, serão apresentadas a análise e a interpretação dos dados levantados.

3.2.1 Análise e interpretação dos dados

Partindo da caracterização das famílias selecionadas para a realização desse estudo, observou-se que o número de crianças que freqüentam o CEC é predominante em relação ao número de adolescentes. Verificou-se ainda que, entre essas 17 crianças e adolescentes, 16 (dezesesseis) são naturais do município de Florianópolis e apenas 01 (um) é de São José, deixando claro que as famílias possuem uma história de vida neste local e que o município tem grande responsabilidade em relação a estes indivíduos e suas famílias.

Em relação à família Rocha, pode-se considerar que a mudança de comportamento das crianças e adolescentes pode estar relacionada com o episódio de abuso sexual do padrasto contra a enteada de 12 anos. Conforme já ressaltado anteriormente, pesquisas demonstraram que cerca de 90% dos casos de violência sexual contra meninas, o agressor é o pai ou padrasto (SANTOS, 2006).

Conforme afirma a autora Veronese (2006), dentre as conseqüências físicas e psicológicas do abuso sexual, estão o sentimento de ódio em termos do agressor e do parente não-agressor e dificuldades de aprendizagem. Pode-se citar ainda, conforme já ressaltado anteriormente, os fatores que podem desencadear a violência, dentre eles a promiscuidade familiar, oriunda da baixa renda econômica, falta de estímulos a lazeres sadios e uso de álcool (SANTOS, 1987 apud VERONESE, 2006).

Assim, o abuso sexual sofrido por uma criança/adolescente pode deixar conseqüências na vítima, tanto de ordem física, psicológica, como também pode intervir na dinâmica familiar. De acordo com os relatos dos atendimentos realizados à família Rocha, a

mãe, a princípio, não acreditava na ocorrência do abuso contra a filha, mesmo com a confirmação do fato através de Exame de Corpo de Delito. Apesar disso, a mesma separou-se do marido, padrasto das filhas, contudo, continuou o relacionamento amoroso com ele, e ainda chegou a reclamar da ausência de sua renda no orçamento familiar. Esses fatos também podem ser considerados como relacionados à mudança de comportamento das crianças/adolescentes, e não somente o episódio de abuso, isoladamente.

Conforme se observou, esta família caracteriza-se como monoparental com chefia feminina. Algumas vulnerabilidades evidenciadas são o baixo nível de instrução da mãe, que reflete no (sub) emprego e conseqüentemente na renda familiar de até um salário mínimo.

De acordo com a PNAD (IBGE, 2007) a situação econômica das famílias monoparentais femininas se agrava quando os filhos são menores de 16 anos. No caso da Família Rocha, vale destacar que quatro filhos têm idade inferior a 16 anos.

Já em relação ao grau de instrução materno, podemos relacionar o que foi mencionado no item 1.1, quando coloca-se que o ciclo de pobreza entre gerações reflete o impacto na educação. Neste caso, não foi oportunizado a mãe, provavelmente devido as suas condições de vida, o devido acesso à educação, assim como ocorre atualmente com os filhos, já que duas crianças dessa família apresentam distorção escolar (idade/série). Relaciona-se a isso, os dados do IBGE (2007) que apontam altos índices de defasagem escolar no Brasil. Além destas, duas crianças da família Santos e dois adolescentes da família Lima também apresentam distorção escolar.

Assim também na família Santos, a mãe é analfabeta e o pai não concluiu o ensino fundamental, e nas famílias Sousa, Lima e Lopes, ambos não concluíram o ensino fundamental. De acordo com a PNAD (IBGE, 2008), em 2008, o Brasil ainda contava com 14,2 milhões de analfabetos, sendo que as camadas mais pobres da população concentram o maior índice de analfabetismo, evidenciando que quanto maior a renda, maior a possibilidade de acesso à educação.

A situação habitacional das famílias estudadas demonstra dados expressivos se comparados à realidade da renda familiar. Isto é, apesar de a renda familiar ser ínfima, mais da metade das famílias possuem residência própria.

Observou-se na caracterização das famílias, que apenas a família Lopes reside em casa alugada, porém, apesar da maioria das famílias definirem-se como proprietárias de suas casas, verifica-se que a maioria delas está localizada em encostas e, provavelmente, não

possuem legalização. Acredita-se que as casas devem ter sido cedidas por familiares, ou compradas a preços mais acessíveis por não possuírem escritura pública, contudo, esses dados não constam no cadastro.

Vale lembrar que essas residências, na maioria das vezes, são de construção precária, de tamanhos reduzidos e com grande número de pessoas que as habitam. A casa das famílias Abreu e Sousa, por exemplo, apresenta 04 (quatro) cômodos e 06 (seis) moradores. No entanto, nas condições em que se encontram essas famílias, não importa os meios de conseguir a casa, sendo que “a moradia é o mundo da sociabilidade privada [...] abrigo contra as tempestades do sistema econômico” (YAZBEK, 1996, p. 111). Nestes casos, ter um local para morar é algo positivo, pois se trata de uma questão de identidade. Yazbek (1996, p. 111) ressalta ainda que “o abrigo, ou a sua falta alteram profundamente suas condições de vida e as de sua família”.

É neste sentido, que podemos citar Doyal e Gough (1991, apud Pereira, 2000), afirmando que para satisfazer as necessidades humanas básicas de forma satisfatória, é necessário suprir as necessidades intermediárias, dentre elas, a habitação adequada. Segundo esses autores, três características de “satisfiers²⁹” devem ser atendidas, caso contrário, causarão sérios danos à saúde física e mental dos indivíduos. As três características são:

a) Garantia de abrigo suficiente em climas adversos e proteção razoável contra intempéries, riscos de epidemias e vetores patogênicos. Isso inclui casas adequadas, água corrente, sistema sanitário básico [...] b) existência de saneamento para evitar a contaminação bacteriana da água e das redes de distribuição, pois a falta de saneamento constitui uma das principais causas de doenças parasitárias que debilitam o ser humano; c) ausência de superlotação residencial, pois, em caso contrário, há prejuízos sensíveis à saúde física e mental dos moradores, com reflexo negativo na sua autonomia individual, devido a ocorrência de doenças respiratórias, atraso no desenvolvimento físico e intelectual das crianças e sensação de fadiga e depressão nos adultos (DOYAL; GOUGH, 1991 apud PEREIRA, 2000, p. 77).

Desse modo, observa-se que as necessidades básicas dessas famílias, no que se refere à habitação, não estão sendo sanadas, realidade esta de milhares de famílias brasileiras.

²⁹ Satisfers ou satisfadores, referem-se aos “bens, serviços, atividades, relações, medidas, políticas”, que podem ser empregadas para satisfazer as necessidades humanas básicas (saúde e autonomia) (DOYAL; GOUGH, 1991, apud, PEREIRA, 2000).

Além disso, considerando que a PNAD (IBGE, 2007) salienta que a qualidade de vida da população pode ser melhorada se tiver os serviços de saneamento básico prestados devidamente, verifica-se que as famílias pesquisadas não adentram nesta perspectiva, já que as famílias selecionadas não possuem abastecimento de água tratada, adquirindo esta diretamente da cachoeira e não possuem energia elétrica própria (utilizam-se de rabicho). A PNAD (2007) mostrou que no Brasil, 93,2% da população disponibilizavam de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, além de que 99,7% dos domicílios foram atendidos com o serviço de iluminação elétrica, fato que não condiz com a realidade das famílias atendidas no CEC Itacorubi.

Neste sentido, sobre a ausência de abastecimento de água potável nas famílias pesquisadas, cabe salientar que os autores Doyal e Gough (1991, apud PEREIRA, 2000) colocam a proteção da saúde física e da autonomia, no tocante à alimentação nutritiva e à água potável, como necessidades intermediárias essenciais. Os autores salientam que o consumo de nutrientes (calorias, proteínas, vitaminas e iodo) abaixo do nível indicado pelo órgão das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, poderá diminuir a tonicidade normal dos órgãos, além de privações e incapacidades crescentes. Esse fato se dá também pelo consumo diário de água potável em quantidades insuficientes. Os autores citam ainda que “muitas enfermidades infecciosas são, especificamente, transmitidas pela ingestão de água insalubre e propagadas por falta de tratamento desta” (DOYAL; GOUGH 1991, apud PEREIRA, 2000, p. 77).

A situação precária de moradia, várias pessoas em poucos cômodos, consumo de água insalubre e inexistência de saneamento é característica das sete famílias em questão. Além disso, uma dessas famílias, conforme citado anteriormente, reside em casa alugada.

A família citada corresponde à família Lopes, sendo que a mesma tem em comum com as outras a baixa escolaridade e, conseqüentemente, má qualificação profissional, exercendo atividades cuja remuneração é mínima. Vale destacar que um dos (ou ambos) responsáveis nas sete famílias desenvolve atividades ligadas ao setor informal, no caso do trabalho feminino, fundamental para complementar a renda familiar, as atividades predominantes são de diarista. Entre os homens a principal atividade é de pintor, não possuindo assim, renda fixa. Yazbek destaca que “a alternância de trabalhos, os biscates, o desemprego revelam um quadro que se ‘assenta na superexploração da força de trabalho’, o que gera condições precárias de trabalho e vida dos trabalhadores em geral e, particularmente, naqueles sem qualificação profissional” (MENEZES, 1990, apud YAZBEK, 1996, p. 93).

Em relação à família Sousa, além da questão da baixa renda por parte do trabalho da mãe (diarista), o pai está desempregado por motivo de doença (não foi possível identificar a doença nas fichas e nos relatos da família). Essa situação dificulta ainda mais a manutenção financeira da família, que além de depender somente do salário materno, ainda apresenta a necessidade de cuidados e gastos com o doente.

A família, juntamente com a sociedade e o estado, deve assegurar a efetivação de alguns direitos, com absoluta prioridade, as crianças e adolescentes como preconiza o artigo 4º do ECA e a CF/88 em seu artigo 227, conforme mencionado na segunda seção. Dentre estes direitos está a educação. Considerando que a reunião de pais e/ou responsáveis é um momento importante para a troca de informações relacionadas ao projeto, bem como para a realização de sugestões e críticas referente a este, verifica-se que a família Sousa não vem cumprindo adequadamente suas funções em relação a esse direito, pois entende-se que não basta matricular a criança ou adolescente na escola ou projeto, é importante acompanhar o processo de ensino- aprendizagem desta, além disso, no que se refere ao direito à educação, o ECA ainda ressalta que “ é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”(BRASIL, 2004, p. 20).

Já a realidade da Família Lima não difere das demais. Possui a renda de até um salário mínimo, sendo que o pai é pintor autônomo e a mãe não desenvolve trabalho externo, além de não receberem nenhum benefício social.

Citando novamente a família Lopes, a mesma tem a renda familiar de até dois salários mínimos, reside em casa alugada, mas não recebe nenhum benefício social. De acordo com o cadastro familiar do CEC, essa família seria composta somente pela mãe e os filhos, pois a mãe havia informado que estava separada do companheiro. Entretanto, a partir do seu relato nas fichas de atendimentos, foi possível verificar que a mãe juntamente com seus filhos, ainda reside com o padrasto destes, sendo o uso abusivo de álcool e a violência intrafamiliar, por parte do padrasto, as principais demandas para os atendimentos. Ressalta-se que as informações demonstram uma possível separação entre o casal, pois algumas faltas das crianças foram justificadas devido à mudança de endereço. Contudo, é possível identificar que após um período, essa família voltou a se reconstituir e as demandas apresentadas em relação ao padrasto permaneceram. Cabe considerar ainda que a família Abreu também apresenta como demanda o uso abusivo de álcool por parte do pai e violência intrafamiliar.

Os reflexos decorrentes do alcoolismo que se deseja destacar são os que interferem direta ou indiretamente na estruturação do sistema familiar. O que se pode constatar é o impacto negativo que o alcoolista provoca na esposa e nos filhos, caracterizando-se pelo abandono de papéis, onde a mulher se torna a provedora do lar, assumindo todos os encargos da família. A baixa produtividade no trabalho, em decorrência do alcoolismo, provoca o desemprego, recaindo novamente a manutenção do lar sobre a mulher.

O desemprego, a falta de dinheiro e os demais conflitos causados pelo alcoolismo, resultam no comportamento agressivo do qual as principais vítimas são os familiares. A partir disso, pode-se considerar que o uso abusivo de álcool constitui-se como uma vulnerabilidade desencadeante da violência, conforme já citado no item 1.1, já que, diante da impotência perante algumas questões, alguns indivíduos procuram outras saídas para amenizar a situação, sendo estas, o álcool e as drogas. Diante disso, as faltas das crianças da família Lopes, assim como a mudança de comportamento da família Abreu podem estar relacionadas com a violência intrafamiliar sofrida.

É importante lembrar que somente as famílias Abreu, Santos e Sousa recebem o benefício do Programa Bolsa Família³⁰(PBF), e a família Santos também recebe do PETI. Em contrapartida, as famílias Rocha, Lima e Lopes, apesar de compartilharem das mesmas condicionalidades, não recebem o benefício. Vê-se assim, que essas famílias deveriam estar inscritas no Programa Bolsa Família, demanda esta que surgiu para o Serviço Social do CEC, mas conforme observou-se, não foram encaminhadas para a inclusão no mesmo. Já a família Silva não encontra-se dentre os critérios para o recebimento do benefício, pois sua renda ultrapassa os R\$ 140,00 mensais per capita (apesar do pai apresentar-se como autônomo, ou seja, sem renda fixa), todavia, a partir da observação de suas condições de vida, pode-se afirmar que a mesma também não apresenta uma condição financeira satisfatória no suprimento de suas necessidades, sendo que o benefício se apresentaria como de grande valia para a família. Embora o PBF venha proporcionando melhora na condição de vida das famílias brasileiras, observa-se alguns entraves que acabam excluindo algumas famílias, dentre eles, os rigorosos critérios de acesso, o que contraria o que rege o artigo 203 da LOAS,

³⁰O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 70), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Informações postadas no endereço eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/. acesso em: 27 maio de 2010.

já citado no item 1.4, que diz: “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar [...]”.

Como verificado, a família Santos é caracterizada como nuclear, sendo esse o arranjo familiar predominante no Brasil, apesar das últimas pesquisas virem demonstrando uma queda em seu índice (LIMA, 2006). Essa família foi atendida no CEC Itacorubi por motivo de faltas das crianças e do adolescente, o que pode ter relação com o trabalho infantil vivenciado pelos mesmos. Conforme observou-se, a família recebe o Benefício do PETI³¹.

Como já citado na I seção deste trabalho, PNAD (2008) revelou um dado interessante em relação ao trabalho infantil, informando que no Brasil há aproximadamente 4,5 milhões de crianças com idade entre 5 e 17 anos trabalhando. Dessas, 865 mil residiam em domicílios com rendimento mensal inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo ou sem rendimentos, e ainda, entre os adolescentes na faixa etária de 15 a 17 anos, idade em que deveriam freqüentar ao ensino médio, menos da metade (47,1%) freqüentavam a escola em 2006. Esses dados são semelhantes aos evidenciados na família Santos. Sendo que residem 07 pessoas, em uma casa apresentando 05 cômodos e com renda mensal per capita cerca de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. A renda obtida através do trabalho precoce, muitas vezes é o complemento da renda familiar, principalmente quando os pais, teoricamente responsáveis pelo sustento da casa, estão desempregados ou subempregados. No entanto, é importante salientar que esse tipo de trabalho, além de contribuir para a evasão de crianças e adolescentes na escola, gera conseqüências negativas para as crianças/adolescentes, conforme já mencionado no item 1.1, além de efeitos diretos sobre seu desenvolvimento físico e psicológico.

Cita-se ainda que nas famílias Silva e Lima, não foi possível identificar o provável motivo da mudança de comportamento apresentada pela criança/adolescente, sendo que a família Silva é a única das sete famílias onde os pais concluíram o ensino fundamental.

³¹ O PETI é um Programa de Transferência de renda do Governo Federal, destinado às famílias com situação de trabalho infantil visando retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, através da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos às crianças e adolescentes retiradas do trabalho. Tem como condicionalidades para a permanência no Programa a saída das crianças e adolescentes do trabalho laboral e de exploração, 85% de freqüência da criança e adolescente no ensino regular e serviço socioeducativo e acompanhamento dos mesmos em relação à saúde. Informações postadas no endereço eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-especial/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti> acesso em 27 de maio de 2010.

Por fim, observou-se que as principais vulnerabilidades apresentadas pelas famílias atendidas no CEC são o baixo nível de instrução, o emprego informal sem garantia de vínculo e de instabilidade financeira, além das precárias condições de habitação.

Apesar de os casos de maus-tratos, serem evidenciados em todas as camadas sociais indistintamente, conforme mencionado na primeira seção, os dados resultantes da pesquisa, evidenciam um maior número nas famílias de baixa renda.

Diante do exposto, vê-se a importância das políticas sociais não se voltarem apenas para os indivíduos, pois as famílias devem ser atendidas na sua totalidade, enquanto sujeitos de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos propostos para a realização desse trabalho, vale destacar que o estudo possibilitou a compreensão da situação social apresentada pelas famílias atendidas pelo CEC Itacorubi, a partir de suas principais vulnerabilidades. Em geral, as famílias são empobrecidas, e não possuem acesso a bens e serviços, bem como, muitas vezes, não acessam seus direitos. Apresentam-se ora sem acesso a energia elétrica, ou abastecimento de água potável, ora sem acesso a Programas de Transferência de Renda e, assim, são inseridas numa margem da população com baixo nível de renda e de perspectiva de mudança da situação social em que se encontram, ao menos, a curto e médio prazo. O próprio CEC, incluído dentre os serviços de Proteção Social Básica, ainda possui ações tímidas no que diz respeito à realização de trabalhos integrados que visem à proteção, socialização e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, pois acaba por atender, muitas vezes, de forma pontual as questões emergentes.

As principais vulnerabilidades familiares evidenciadas foram o baixo nível educacional, o desemprego ou subemprego (emprego informal sem garantia de vínculo e instabilidade financeira), e precárias condições de habitação. Além disso, verificou-se a ingestão imoderada de bebidas alcoólicas, por parte de pelo menos um dos genitores, e violência doméstica.

As famílias atendidas no CEC constituem uma pequena parcela dos milhões de brasileiros que vivem com precárias condições de vida, conforme evidenciado nas pesquisas elaboradas pelo IBGE, no início deste trabalho. As condições de vida dessas famílias estão repletas de vulnerabilidades. Em relação à baixa escolaridade, a PNAD (IBGE, 2007) aponta que nas camadas mais empobrecidas da população é que se concentram os maiores índices de analfabetismo. Já acerca da baixa renda, a mesma pesquisa evidencia que 25,1% dos brasileiros viviam com renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Contudo, percebe-se que em mais de uma família pesquisada a renda é ainda inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo.

Por outro lado, as estatísticas do IBGE se contrapõem aos dados das famílias do CEC, já que se verificou que nas mesmas o abastecimento de água e energia elétrica se dava de maneira informal enquanto os índices demonstram que 93,2% da população disponibilizam de abastecimento de água e 99,7% dos domicílios urbanos foram atendidos com o serviço de iluminação elétrica.

A PNAS atribui à família a responsabilidade pelo cuidado de seus membros, ao mesmo tempo em que esta precisa ser cuidada e protegida. No entanto, o que se observa são famílias em situação de vulnerabilidade social, submetidas a situações que as tornam pouco capazes ou incapazes de suprir as necessidades básicas de seus membros. Desta forma, verifica-se que o Estado confere às famílias o dever de cuidado, mas acaba não oferecendo oportunidades às mesmas e/ou meios para que possam cumprir para com este dever. A família, então, passa a ser a única responsável pela proteção da criança ou adolescente e, muitas vezes, é punida por esta omissão, sendo desconsiderado o fato de que antes, esta também deixou de ser protegida.

O alcoolismo e a violência, em suas várias formas, por exemplo, podem ser resultado das condições de vida das famílias, conforme evidenciado na pesquisa. Diante disso, ao considerar-se a violência intrafamiliar faz-se necessária a compreensão do sistema social, econômico e político em que a família está inserida, considerando que, diante do excludente

sistema capitalista vigente, muitas vezes, a mesma reproduz a violência que sofre (VERONESE; COSTA, 2006).

Deste modo, observa-se que as políticas sociais, no Brasil, pouco têm logrado alterar a situação de exclusão da parcela significativa da população brasileira. Ao contrário, observa-se que, a cada década, a ampliação das taxas de desigualdade social, e maior aumento da concentração de renda no país, acentua a situação de vulnerabilidade das famílias. Atualmente, as políticas sociais acabam por possuir um efeito paliativo, procurando amenizar a situação de pobreza dos indivíduos, não visando ou buscando alterar o que está na raiz dessas questões: a desigualdade e a exclusão social. Há falta de políticas públicas que visem a emancipação dos sujeitos sociais, ofertando-lhes oportunidades de mudança da situação de exclusão social em que vivem.

A política social brasileira está embasada em leis que visam à proteção integral da criança e do adolescente, o cuidado das famílias, a emancipação dos indivíduos, dentre outros. Contudo, o que está assegurado legalmente, pouco se cumpre na realidade.

O Projeto Inicial do CEC considera necessário a existência do Serviço Social neste Centro, ao que a autora do presente trabalho reforça, uma vez que o Assistente Social é um profissional capacitado para atuar no enfrentamento das situações apresentadas pelas crianças, adolescentes e suas famílias.

O que se sugere a partir da análise dos dados realizada nesse estudo é que, neste espaço, o profissional pode atuar junto às famílias, mas não apenas nas demandas referentes a assuntos relacionados à educação de crianças e adolescentes. Sua atuação deve ser no sentido de trabalhar com essas famílias, através de encontros, palestras e debates voltados às condições de vida nas quais estão inseridas, como: habitação, saúde, trabalho e renda, além de educação, alcoolismo e violência, que se apresentaram como suas principais vulnerabilidades, além de utilizar as fichas de inscrições para o conhecimento da realidade das famílias, para aprimorar as ações profissionais através de estratégias direcionadas ao enfrentamento das questões que podem gerar (ou geram) suas vulnerabilidades.

As informações coletadas em uma entrevista podem contribuir para transformar a prática, o espaço, o conhecimento e as formas de organização político-social (CARDOSO, 2008). Nesse sentido, além de objetivos meramente estatísticos, os dados constantes nas fichas de atendimento das famílias usuárias do CEC Itacorubi, podem servir para uma orientação ampliada do Serviço Social, quanto a políticas públicas e sociais, através de seus

programas e projetos, como por exemplo, encaminhamento para a inclusão no Programa Bolsa Família, que se mostrou tão necessária.

Dessa forma, destaca-se como umas das dificuldades para a realização da pesquisa documental, a falta de registros relacionados ao histórico da criação dos CECs, além de uma sistematização da prática do Serviço Social. Sistematização não no sentido de registros superficiais de situações sociais, mas com perspectiva de, a partir desses dados, traçar estratégias de atendimento cada vez mais aprimoradas, além de considerar que esse documento poderá subsidiar futuras consultas ou pesquisas.

Ainda em relação a importância do registro do Serviço Social para subsidiar as intervenções junto às famílias, pode-se destacar o que salienta Cardoso: “se você fez bem uma Entrevista Social, mas não documenta, ou documenta sem qualidade, fique certo que isto vai refletir nos efeitos de sua Intervenção Social [...]. Se não documenta devidamente o que fez, pode cair literalmente no esquecimento ou ser excluído como Intervenção Social [...]. Registrar é fundamental, mas não de qualquer jeito” (CARDOSO, 2008, p. 78).

Pode-se constatar através da pesquisa aqui apresentada, o CEC como legítimo espaço de intervenção profissional. Conforme previsto na PNAS, esse projeto está incluído dentro da Proteção Social Básica que visa à prevenção de situações de risco, através da oferta de serviços locais. Assim, é possível, através do atendimento a estas crianças e adolescentes, compreender sua realidade social, identificando suas necessidades e de suas famílias. O CEC, portanto, de acordo com sua proposta original, é um espaço de prevenção de situações de risco, tanto em relação às crianças e adolescentes, como em relação às famílias, pois pode intervir na facilitação do acesso a seus direitos.

Por fim, a partir deste estudo, foi possível obter subsídios para a implementação e potencialização de ações profissionais no trabalho com as famílias. Considera-se de suma importância a efetivação dos serviços de Proteção Social Básica para a emancipação dos sujeitos, para que não seja necessário o atendimento das famílias nos serviços que prevêm a violação de direitos e o rompimento de vínculos.

Conforme discutido até aqui, faz-se necessário a garantia de direitos dos indivíduos, a partir do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através da oferta de serviços, e prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições. Assim, acredita-se que a efetivação da Proteção Social Básica, conforme prevê o SUAS, é uma ação mais do que necessária para a mudança/melhoria da situação social

apresentada pelas famílias, motivo pelo qual se sugere a elaboração de novos estudos nessa área.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.50, 1996.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (coords). **Infância e Violência Doméstica**. Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

_____. **Pele de Asno não é só história**: Um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Livraria Roca LTDA, 1988.

_____. **Crianças Vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

_____. **Infância e Violência Doméstica**: O castigo dos cacos quebrados. Apostila – (Curso de Especialização em Violência Doméstica) – LACRI- Laboratório de Estudos da Criança- USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BORGES, Emanuella de Oliveira. **O Processo de responsabilização do agressor sexual intrafamiliar de crianças**: Uma análise junto aos casos em acompanhamento no serviço Sentinela de Florianópolis. 2009.171f. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

_____. LEI 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Educação, Brasília, 2004.

_____. **SUAS**: Implicações do SUAS e a Gestão Descentralizada na Atualização dos Conselhos de Assistência Social (Cartilhas para conselheiros da assistência social) Brasília, MDS/CNAS/UNESCO, 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política nacional de Assistência social**. Brasília: MDSCF, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. Violência intrafamiliar: orientação para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf > Acesso em 13 de maio de 2010.

CARDOSO, Daniela Eiliert; TOSCANO, Maíra Carvalho; SILVEIRA, Sandra C. da. Violência Sexual. In: Centro Crescer sem Violência (org). **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes**. Apostila – (Curso de capacitação para Conselhos Tutelares e de Direitos de Santa Catarina). Florianópolis, 1999.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre Instrumentais em Serviço Social**: Observação Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e teorias de Base no Processo de Intervenção Social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CEC. Projeto de Educação Complementar. Prefeitura Municipal de Florianópolis, Florianópolis, 1992.

_____. Projeto Político Pedagógico do CEC Itacorubi. Florianópolis, 2009.

COUTO, Berenice. Rojas. **O Direito social e a Assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil**: limites e perspectivas para sua erradicação. 2006. 282f. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CUSTÓDIO, André Viana. Veronese, Josiane Rose Petry. **Crianças Esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba, Multidéia, 2009.

ESBER, Karen Michel. **Autores de violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

FLORES, Lúcia Locatelli. **Projeto e relatório de pesquisa**. Material de apoio para as disciplinas do Centro de Comunicação e Expressão. Departamento de Línguas e Literaturas Vernáculas. Florianópolis: UFSC, 2002.

GERARDI, Denise Aparecida Michelute. **Serviço Social e educação: uma interface necessária**. Florianópolis: Garapuvu, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Daiane Regina Tavares. **Programa Sentinela: Uma análise sobre o processo de diagnóstico de denúncias de violência doméstica contra crianças e adolescentes em Florianópolis**. 2008. 104 f. Trabalho de conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

HACK, Lílian. **Programa de Orientação E Apoio Sociofamiliar: Novos Desafios Frente ao Sistema Único de Assistência Social**. 2007. 89f. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da população Brasileira: 2007 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais**. – Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/comentarios2008.pdf>>. Acesso em 06 de maio de 2010

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org). **Família Brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, Brasília DF: UNICEF, 1988.

LIMA, Eliéte Maria de. **A proteção social no âmbito da família: um estudo sobre as famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis**. 2006. 158f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço social, UFSC, 2006. p. 17-32.

_____. **Famílias e Programas de Atendimento a Crianças e Adolescentes: uma relação que está em construção**. Florianópolis, 2000. Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialização no Curso de Pós Graduação em Metodologia de Atendimento à Criança e ao adolescente em Situação de Risco do Centro de Ciências da educação – FAED, Universidade do estado de Santa Catarina – UDESC.

LOPES, Márcia Helena de Carvalho. **O tempo do SUAS**. **Revista Serviço Social & Sociedade**, Ano XXVII – N. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

MANFROI, Vania Maria. **A Política Social no Governo Lula: Mudança ou Continuidade?**. In: Vania Maria Manfroi e Luiz Jorge Pessoa de Mendonça. (Org.). *Política Social, Trabalho e Subjetividade*. 1 ed. Vitória: EDUFES, 2008, v. 1.

MARSÍGLIA, Regina Maria Giffoni. O projeto de pesquisa em Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS – ABEPS – CEAP. UnB, 2001.

MARTINS, Valdete de Barros; PAIVA, Beatriz Augusto de. **A implementação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, v.24, n. 73, p. 46-74, março 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Perícia Social: proposta de um percurso operativo**. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 67, Especial, temas sócio-jurídicos. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. **Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar**. In: SALES, Mione et al (orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 43-59, 2006.

_____. **Família e Serviço Social: Contribuições para o debate. Serviço social e Sociedade**, São Paulo, n. 55, p. 114-130, 1997.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas**. Subsídios a Crítica dos Mínimos Sociais. São Paulo, Cortez. 2000.

_____. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: Crítica ao pluralismo do bem-estar**. In: SALES, M. et al. (orgs) **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 25-42, 2006.

_____. **Desafios Contemporâneos para a sociedade e a família**. *Serviço Social & Sociedade*, ano XVI, N. 48, P. 103-113, São Paulo: Cortez, 1995.

ROQUE, Eliane Delamar; MELO, Maria Taís de. **Conceituação sobre o fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes**. 2008. 15f. Apostila – (Curso de Extensão: Violência Doméstica contra crianças e adolescente) – UNIVALI- Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2008.

SANTOS, Wilma de Barros. **Incesto e Sociodrama Familiar**. In: Débora Cohim e Gesse de Souza Silva (Org.). *A Violência Sexual: discursos e práticas*. Salvador: Currupio, 2006. Disponível em <http://www.asbap.com.br/producao/incesto_sociodrama_familiar.pdf> Acesso em 11 de maio de 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. **Famílias enredadas**. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (orgs). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, PUC/SP, 2005. p. 21-36.

SCHMICKLER, Catarina Maria. **O Protagonista do Abuso Sexual: sua lógica e estratégias**. Chapecó: ARGOS, 2006.

SCHREIBER, Elisabeth. **Os direitos fundamentais da criança na violência intrafamiliar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

SILVA, Fernanda da. **O Assistente Social como educador social na esfera da educação complementar pública do município de Florianópolis**. 2004. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SILVA, Joseane Michel da. **As Possibilidades de Atuação do Serviço Social no Contexto Educacional: Uma leitura do fazer profissional no Centro de Educação Complementar (CEC) – Itacorubi**. 2007. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA, P. E. **Características das famílias atendidas pelo Projeto de Orientação e Apoio Sociofamiliar do Município de Florianópolis em relação ao uso de drogas**. 2001.

SILVEIRA NETO, Fernando Henrique. **Outra Reunião?** Teoria e prática para a realização de reuniões eficazes. Rio de Janeiro: COP Ed., 1987.

SOUZA, Ismael Franscisco de. Causas, Mitos e conseqüências do trabalho infantil no Brasil. In: **Revista Curso de Direito UNESC**, Criciúma, v. 03, p. 259-276, 2006.

SOUZA, Rejane Maria de. **O Perfil das Famílias das Crianças e Adolescentes Inscritos no Centro de Educação Complementar (CEC) Itacorubi**. Trabalho de Conclusão de Curso – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SPOSATI, Aldáiza. Desafios para fazer Alcançar a Política de Assistência Social no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, ano XXII, novembro/2001.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 71, ano XXIII, São Paulo.

VERONESE, Josiane Rose Petry. COSTA, Marli Marlene Moraes. **Violência Doméstica: quando a vítima é criança ou adolescente – uma leitura Interdisciplinar**. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

APÊNDICE A

DADOS REFERENTES À PESQUISA REALIZADA PELO CRAMI

VIOLÊNCIA		VIOLÊNCIA COM ASSOCIAÇÕES		FAIXA ETÁRIA DAS VÍTIMAS	
TIPO	TOTAL	TIPOS	TOTAL	IDADE (ANOS)	TOTAL
FÍSICA	524	ABANDONO + NEGLIGÊNCIA	93	02 a 07	600
NEGLIGÊNCIA	231	FÍSICA + NEGLIGÊNCIA	124	08 a 12	509
SEXUAL	137	FÍSICA + PSICOLÓGICA	129	ATÉ 02	294
PSICOLÓGICA	99	FÍSICA + NEGLIGÊNCIA + PSICOLÓGICA	52	12 a 18	289
ABANDONO	67	NEGLIGÊNCIA + PSICOLÓGICA	47	NÃO CONSTA	42
NÃO CONSTA	18	OUTRAS	213		

SEXO DAS VÍTIMAS		AGRESSOR		IDADE DO AGRESSOR	
SEXO	TOTAL	AGRESSOR	TOTAL	IDADE (ANOS)	TOTAL
FEMININO	860	MÃE	423	26 A 34	34%
MASCULINO	843	PAI	248	35 A 45	31%
NÃO CONSTA	31	PARENTES	212	18 A 25	21%
		PAIS	140	ACIMA DE 45	10%
		OUTROS	91	ABAIXO DE 28	4%
		NÃO CONSTA	52		

FATORES PREDISPOANTES		DENUNCIANTE	
FATOR	TOTAL	DENUNCIANTE	TOTAL
DISTÚRBO COMPORTAMENTAL	51%	ANÔNIMO	390
ÁLCOOL	34%	INSTITUIÇÃO	276

DROGAS	8%	MÃE	129
DESAGREGAÇÃO FAMILIAR	4%	VIZINHO	125
OUTROS	3%	PARENTES	88
		PAI	59
		VÍTIMA	36
		OUTROS	14
		PAIS	03
		NÃO CONSTA	09

Fonte: Elaboração própria, através de dados obtidos do CRAMI, disponível no endereço eletrônico <<http://www.crami.org.br/estatisticas.asp>>. Acesso em 11 de maio de 2010.

APÊNDICE B

LOCALIZAÇÃO DOS CECs EM FLORIANÓPOLIS E FORMAÇÃO DO COORDENADOR

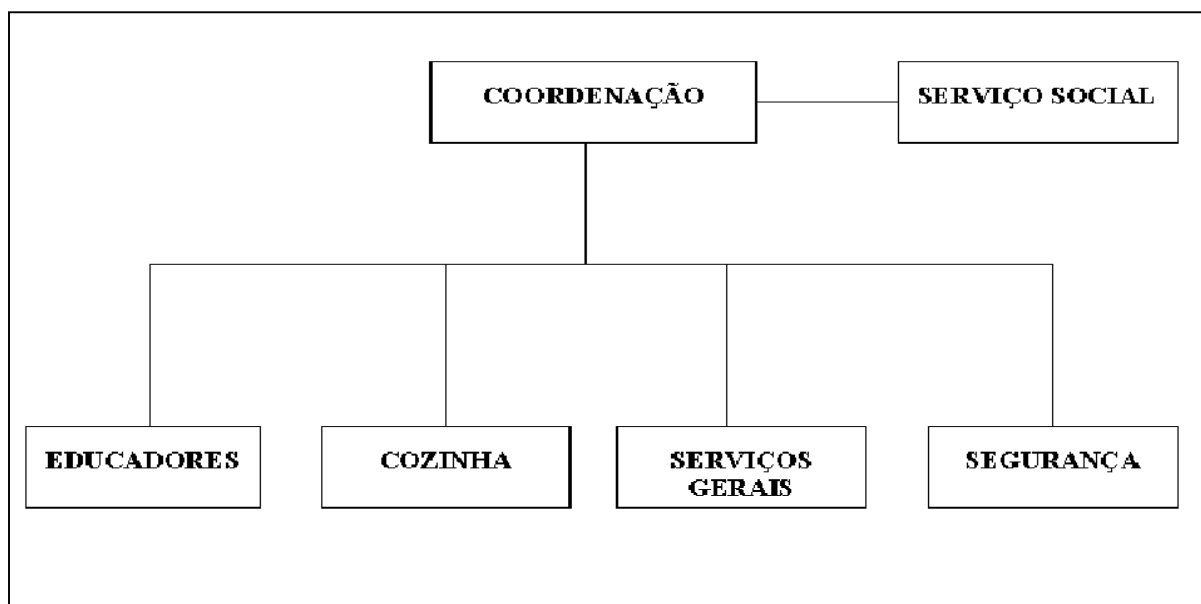
CENTROS DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR	LOCALIZAÇÃO	FORMAÇÃO DO COORDENADOR
CREAS AGRONÔMICA- PROJETO SOCIOEDUCATIVO CRIANÇA FAZENDO ARTE	Rua Rui Barbosa, 677, Agronômica Fone- (48)3228-6972	PEDAGOGIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR CHICO MENDES	Rua Genuíno Pereira da Silva, 158, Jardim Atlântico. Fone- (48) 3240-8807	SERVIÇO SOCIAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR COSTEIRA	Rua Jorge Lacerda, 1472, fundos, Costeira do Pirajubaé. Fone- (48) 3226-7631	SERVIÇO SOCIAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR ITACORUBI	Rod. Amaro Antônio Vieira, 2260, fundos, Itacorubi. Fone- (48) 3233-6842	SERVIÇO SOCIAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR MONTE VERDE	Rua Brejauba, 61, Monte Verde Fone- (48) 3238-4041	PEDAGOGIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR NOVO HORIZONTE	Rua Maria Salete Dutra, snº, Monte Cristo (Novo Horizonte) Fone - (48) 3348-6836	PEDAGOGIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR PROMORAR	Rua Santa Rita de Cássia, 657, Coloninha. Fone- (48) 3240-5202	PEDAGOGIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR TAPERA	Rua José Olímpio da Silva, snº, Tapera. Fone – (48) 3337-0368	ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR VILA UNIÃO	Quadra E, Vargem do Bom Jesus (Vila União). Fone - (48) 3266-4006	(PEDAGOGIA ATÉ O MÊS DE ABRIL) SEM COORDENADOR NO MOMENTO

Fonte: Elaboração própria.

ANEXO A

ORGANOGRAMA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DO ITACORUBI

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E JUVENTUDE
GERÊNCIA DE AÇÕES SÓCIO-PEDAGÓGICAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR DO ITACORUBI



Fonte: Projeto Político Pedagógico do CEC, 2009.

ANEXO B

FICHA DE ATENDIMENTO

ANEXO C

FICHA DE INSCRIÇÃO